

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos (Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Exemplar: Coordenação



Universidade Federal de Uberlândia- UFU

Instituto de História – INHIS

Curso de Graduação em História – Bacharelado e Licenciatura

Título da Monografia:

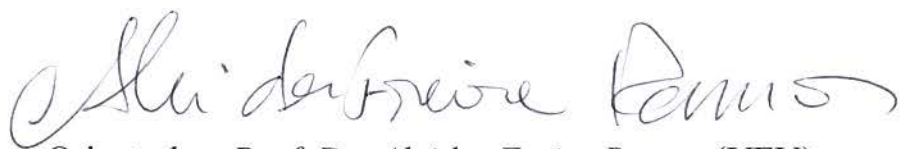
***“Por outra visão sobre a ‘Guerra de Canudos’,
para além de Euclides da Cunha”.***

Uberlândia, novembro de 2015.

4296
S 09.C

Ivanoel Kisner. Matr. nº 11111HIS012
Monografia.
Orientador: Prof. Dr. Alcides Freire Ramos.
Uberlândia, 20/11/2015.

Membros da Banca:



Orientador: Prof. Dr. Alcides Freire Ramos (UFU).



Examinador: Profa. Ms. Talitta Tatiane Martins Freitas (UFU).



Examinador: Prof. Ms. Rodrigo Francisco Dias (UFU).

Sumário:

Capítulo I – Considerações Iniciais

<i>Introdução</i>	<i>página 5</i>
<i>Justificativa</i>	<i>página 5</i>
<i>Objetivos, problemas e hipóteses</i>	<i>página 6</i>
<i>Fontes e metodologia</i>	<i>página 9</i>

Capítulo II – Antecedentes da Luta

<i>Euclides da Cunha e a República</i>	<i>página 11</i>
<i>Os Sertões por Euclides da Cunha</i>	<i>página 14</i>
<i>Antônio Vicente Mendes Maciel e Antônio Conselheiro</i>	<i>página 18</i>
<i>Os Sertões de Antônio Conselheiro</i>	<i>página 25</i>

Capítulo III – A Guerra Fratricida

<i>A luta primeira</i>	<i>página 28</i>
<i>Fracasso da Segunda Expedição</i>	<i>página 32</i>
<i>Derrota e destruição da Terceira Expedição</i>	<i>página 36</i>
<i>Quarta Expedição</i>	<i>página 42</i>
<i>Quarta Expedição – Segunda Fase</i>	<i>página 59</i>
<i>Impiedoso Genocídio da Quarta Expedição</i>	<i>página 67</i>

Capítulo IV – Considerações Finais*página 73*

Bibliografia*página 78*

<i>Bibliografia Complementar</i>	<i>página 78</i>
--	------------------

Capítulo I – Considerações Iniciais

Ambicionamos estabelecer por meio desta monografia um diálogo entre duas fontes que relatam um mesmo período histórico, comumente designado como *Guerra de Canudos*, analisando as representações existentes nestas duas fontes literárias.

Como primeira fonte será considerada a obra ensaísta denominada “Os Sertões: Campanha de Canudos”¹ de autoria de Euclides da Cunha. A outra fonte é de cunho acadêmico, constituída por vários trabalhos pertencentes a uma recente historiografia regional baiana. Esta apresenta uma representação diversa sobre o mesmo tema, que conflitua e até se opõe à representação da primeira obra, isto porque revela uma visão do outro lado do conflito, enfim uma visão que aborda os vencidos.

A nossa proposta central é ampliar os conhecimentos sobre o assunto dentro do âmbito acadêmico, devido a sua relevância, como também pensar nas possíveis influências deste episódio para o nosso presente.

A temática sobre a *Guerra de Canudos*² foi eleita para este trabalho de Monografia em decorrência de inquietações que me assaltaram ao me debruçar sobre os episódios históricos denominados de: *revoltas populares do Século XIX*. Especialmente sobre a narrativa do acontecimento realizada pelo intelectual republicano Euclides da Cunha em sua grande obra, “Os Sertões”. Neste traçou uma narrativa sobre o episódio em um formato que dominará amplamente as concepções sobre o tema até a metade do Século XX. Naquele momento, obtive a nítida impressão que a construção euclidiana pretendia e era assumida como uma verdade absoluta, muito mais em decorrência de sua ampla divulgação que gerou um enraizamento no senso comum relativo ao tema.

Esta concepção de verdade unívoca da obra predominou em decorrência de sua escrita, do autor e do seu uso ideológico. A narrativa apresenta um alto teor de idolatria republicana e trata os militares republicanos como heróis, mas ao mesmo tempo associa

¹ CUNHA, Euclides da. “Os Sertões : Campanha de Canudos”. São Paulo, Abril Cultural, 1982, 443 p. versão principal empregada no corrente estudo. Outra versão também utilizada: CUNHA, Euclides da. “Os Sertões : Campanha de Canudos”. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979, 416 p.. Primeira edição original de 1902 na cidade do Rio de Janeiro.

² Grifos em Itálico serem usados para os nossos destaques.

uma representação fanática e bárbara aos seus antagonistas de Canudos. A República e seus agentes repressores utilizaram a obra como defensora de sua ideologia e justificadora das suas ações no conflito.

Considero de relevância acadêmica a difusão das análises divergentes da dominante concepção hegemônica, que foi transposta para o senso comum nacional em decorrência de uma construção ideológica instituído pelo poder dos vencedores do conflito. Desejo difundir estes outros conhecimentos historiográficos fomentando uma nova reflexão sobre os sujeitos envolvidos, o período e as suas repercussões de época, assim como seus ecos na nossa atualidade.

Evidencia a ocorrência de uma disputa que implica no próprio entendimento historiográfico, reconhecidamente de grande importância para a disciplina História do Brasil.

Apresentaremos um diálogo entre as duas representações, analisando e refletindo sobre a questão cultural referente ao momento histórico, amplamente conhecido e denominado como *Guerra de Canudos*. Consideraremos as diversas dimensões históricas (cultural, social, política, e econômica) que se expressam pela ação dos agentes históricos envolvidos nos processos, utilizando como meio as representações existentes nas duas fontes que empregamos no estudo sobre o tema.

Neste viés, desejo esmiuçar o possível deste processo, para além das considerações que Euclides da Cunha expressou sobre aquele momento histórico na sua principal obra. Pretende-se aprofundar o conhecimento sobre os sujeitos históricos envolvidos e sobre as suas atuações naquele palco, assim dilatando o conhecimento histórico sobre a atuação dos atores, em ambos os lados. Procederemos investigando os antecedentes do conflito armado até o próprio embate. Analisaremos o contexto histórico e as motivações para mobilização de gigantescos mecanismos militares para a sua repressão que toma ares de um genocídio endógeno, deixando como legado uma mácula na história de nosso país.

Para atingir este intuito, empregarei um discurso historiográfico acadêmico que deu voz aos derrotados, isto porque reconhece o protagonismo, como construtores da história, destes sujeitos históricos inseridos no processo. A vertente oficializada será confrontada pela nossa construção associada com pesquisas que investigaram o outro lado, oriundo especialmente do meio acadêmico ligado com uma história regional.

Desejamos estabelecer contato com uma vertente historiográfica que valorizou uma representação que investiga uma resistência sertaneja.

Analisaremos a maneira pela qual os atores sertanejos rebeldes, conceberam, trataram e defenderam as suas concepções, empreendendo uma surpreendente resistência. Ocorrendo uma apropriação sobre este imaginário de força sertaneja que se insinua permanências que ecoam no presente, pois desta apropriação se projetou uma resignificação que ampara de forma ampla as reivindicações e as resistências sertanejas. Pretendemos entender as permanências decorrentes do processo e as possíveis influências para a atualidade.

Portanto o nosso *Objetivo Geral* pretende tratar desta questão relativa às representações construídas nas duas obras que planejamos estudar, fortalecendo os estudos relativos ao tema. Decorrente disto, pretendemos desenvolver um entendimento sobre a questão cultural antecedente ao conflito, depois sobre a representação da guerra pelo viés sertanejo, e finalmente as possíveis continuidades e permanências para o presente.

Nossa decisão metodológica foi abordar o nosso objeto de estudo por uma concepção de *História Cultural*, em conformidade com a concepção preconizada por Roger Chartier³. Segundo José D'Assunção Barros (BARROS, 2005, p.125-141): “Uma das contribuições decisivas de Roger Chartier para a História Cultural, tal como assinala, está relacionada à elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”. De acordo com este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Assim, “tanto os objetos culturais seriam produzidos ‘entre práticas e representações’, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente ao ‘modo de fazer’ e ao ‘modo de ver’”. “Por fim, uma terceira noção importante desenvolvida por Chartier de modo a trazer consistência a uma *Nova História Cultural*, foi o conceito de “apropriação””.

Nosso intuito foi aplicar estas concepções relativas a representações em nossa análise para desenvolver nosso estudo das duas obras, que serão tratadas e descritas

³ Roger Chartier, historiador Francês, membro da quarta geração da Escola dos Annales, escritor de diversos livros sobre História Cultural e Representações, como o citado na bibliografia abaixo (p.8).

como fontes no decorrer deste. Como também as considerações de Chartier referente sobre *historia e literatura*⁴ que serão consideradas no nosso desenvolvimento.

Não podemos deixar de citar uma inspiração *Benjaminiana* de *história a contrapelo* buscando o lado dos *vencidos* do conflito, assim sendo simpático aos sujeitos e suas práticas dentro de uma influência Thompsoniana de *história vinda de baixo*.

A primeira fonte utilizada será a obra literária brasileira intitulada “Os Sertões”⁵ de autoria de Euclides da Cunha, que participou da última expedição militar que logrou êxito no sufocamento da revolta sertaneja, com a destruição do arraial de Canudos. Como testemunha ocular da história do presente, observou e relatou os fatos como correspondente jornalístico, sendo que posteriormente narrou toda sua experiência na obra citada. O sucesso da obra projetou-o como um documento canônico, que por descrever o momento, fundamenta o estudo a respeito do tema. Desejamos realizar nossa análise deste documento almejando seguir um viés cultural, com uma proposta de história a contrapelo e dando ênfase aos sujeitos sertanejos.

A segunda fonte, que será empregada para dialogar e complementar a primeira, se trata de uma compilação de obras acadêmicas, denominada como “A Cartografia de Canudos”⁶, de autoria do Emérito Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Prof. Dr. José Calasans Brandão da Silva⁷. Esta se constitui em por diversos trabalhos historiográficos, que unidos demonstram um panorama do processo, principalmente por que abrange o período antecedente ao desenrolar do conflito. Emprega uma perspectiva de história cultural, dentro de uma concepção historiográfica atualizada, tratando dos agentes históricos vencidos e lançando outra visão sob estes sujeitos, em um prisma complementar e contraditório à proposta de Euclides da Cunha.

Segundo o Prof. Calasans, a respeito desta historiografia sobre o tema, “Podemos considerar, por isto mesmo, que a historiografia relativa a Antônio Conselheiro e seu grupo messiânico compreende três importantes fases. A primeira, que

⁴ Conferência de Chartier (referência)

⁵ Ibidem ¹

⁶ SILVA, José Calasans Brandão da. “Cartografia de Canudos”. Salvador, EGBA, 1997, 147 p.

⁷ Com mais de 50 anos de pesquisas sobre o tema, considerado como profundo estudioso com diversas publicações a respeito. No livro fonte foram compilados diversos trabalhos, almejando oferecer um panorama dos estudos realizados pelo historiador. Conforme apresentação existente no livro realizada por Waldir de Freitas Oliveira – Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (março de 1997). Ibidem 6, p. 6-10.

vai de 1874 a 1902, desde o surgimento, no centro das então Províncias da Bahia e de Sergipe, do peregrino cearense, até a publicação do trabalho de Euclides da Cunha; a segunda, da hegemonia euclidiana, que se estende à década de 50; a terceira e última, quando se iniciou uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica”⁸.

Estudaremos as duas construções (como representações do mundo) e interrogaremos o porquê das mesmas, assim como vislumbraremos os aspectos culturais que carregam. Pretendemos entender as intencionalidades da primeira fonte e sua importância para sua época e para a historiografia. Com auxílio da segunda fonte, estabeleceremos contato com os sujeitos vencidos, para reinterpretar o conflito descrito na primeira, assim, decorrente desta dinâmica, rastrear possíveis repercussões e influências na atualidade.

Com o intuito de executar o proposto, este trabalho será dividido em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo tratamos de objetivos, hipóteses, fontes e metodologia. No segundo e terceiro ocorrerá o desenvolvimento de análise das fontes. Por fim, no quarto capítulo, realizaremos as nossas considerações finais.

Ambiciosamente se almeja estabelecer uma metodologia que reconheça, compare, relacione, analise e entenda as duas representações históricas, mas privilegiando o foco nos agentes históricos inseridos no processo. Empregaremos neste intuito, as duas representações como fontes, mas especialmente aquelas encontradas dentro da historiografia brasileira e regional baiana, que implica nas suas apropriações e resignificação, almejando de forma afirmativa prestigiar o protagonismo daqueles atores históricos criminalizados e relegados ao esquecimento. Ainda percebendo aproximações e afastamentos, como também as continuidades e as rupturas decorrentes deste processo investigado.

Remeto-me a uma narrativa que desmistifique a vertente histórica tradicional, oficializada e profusamente difundida pelos governos republicanos, por seus diversos interesses. Deseja impedir uma restrição de memória, ocasionada pela dominação cultural, intelectual e burguesa da república, que foi criada e sustentada a partir de Euclides da Cunha. Assim, objetivando uma ampliação no entendimento do tema

⁸ SILVA, José Calasans Brandão da. “Canudos não euclidiano” in: “Cartografia de Canudos”. Salvador, EGBA, 1997, 11 p.

através da disseminação de outros conhecimentos, que serão incorporados pela nossa nova interpretação, associados para uma releitura do Canon. Almejando permitir a crítica, a reflexão e uma possível orientação para o nosso presente ⁹.

Primeiramente consideramos como, de essencial importância para a análise do tema, entender o contexto histórico onde se insere a obra intitulada “Os Sertões”, como também, de seu autor, Euclides da Cunha. A obra euclidiana é basilar e essencial em qualquer estudo sobre o nosso tema, sendo que, compreender esta sua historicidade, será a chave fundamental para interpretá-la. Assim almeja-se aproximar, o máximo possível, deste seu contexto histórico para proceder ao entendimento de suas ideias como foram expressas, além de identificar as motivações para uma narrativa em formato de livro.

Por isso, se faz necessário entender aquele momento, seus diversos processos ocorrendo nas diversas dimensões do atuar humano como de substancial contribuição para a nossa análise. Acionaremos as análises de outros historiadores estudiosos do período da primeira república, por que necessitamos de esclarecimentos históricos para entender o processo de passagem da monarquia para a república e de sua afirmação.

A obra denominada “A República Consentida” de Maria Tereza Chaves de Mello consideramos de substancial contribuição para a nossa análise e nos auxiliou em compor a ampla complexidade daquele momento histórico. Como também “Estilo Tropical” de Roberto Ventura se prestou ao conhecimento sobre as concepções científicas e a intelectualidade brasileira do mesmo período. Ainda empregaremos as reflexões de Nicolau Svecenko na sua obra denominada de “A Belle Époque no Brasil” para tratar da ideologia e do modelo de *civilização* (oriunda da França) entranhada na República Velha e reforçadora do conceito eurocentrista de cultura elitista.

Por meio dos autores citados anteriormente, pretendemos traçar um panorama social, cultural, político, econômico e intelectual, no qual se inseria Euclides da Cunha e sua obra, destaques no período de construção e consolidação do *Estado Republicano*.

Buscando informações a respeito do autor e obra, considerando que foi membro efetivo da *Academia Brasileira de Letras* (ABL), encontramos informações sobre o personagem por meio desta. No sítio eletrônico da ABL (www.abl.com.br) encontramos acesso para um novo sítio (www.euclidesdacunha.org.br), onde se disponibilizavam diversas informações a respeito do autor. Estas informações estão constituídas como

⁹ Rüsen, Jörn. *DIDÁTICA DA HISTÓRIA: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Praxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p.07 – 16, jul.-dez. 2006.

uma coleção de arquivos, que rigorosamente demonstra possuir por objetivo servir como uma fonte histórica a seu respeito. Neste encontramos dados biográficos, lista de obras produzidas, iconografia, arquivos de correspondência, entre outros.

Consideramos ainda, que neste trabalho necessitamos diferenciar a concepção de *História do Século XIX* da nossa concepção atual, isto porque desta concepção decorre aquilo que entendemos e chamamos de *História*. Consideramos a mais antiga como uma *História Tradicional*, que generalizando se atrelada ao cientificismo positivista, produzindo uma historiografia peculiar à mesma. Empreenderemos esta discussão, na sequência de nossa análise, amparados pelas reflexões de José D'Assunção Barros¹⁰ sobre as duas concepções.

Capítulo II – Antecedentes da Luta

Euclides da Cunha e a República

Integrante da *Associação Brasileira de Letras* (ABL) durante a Velha República, ainda nos dias atuais recebe tratamento de personagem histórico, pois no seu sítio encontramos acesso a informações biográficas sobre *Euclides da Cunha* e sobre as suas obras. Isto nos possibilitou posicioná-lo em seu tempo e entender à sua profunda relação com a *República*. Denota-se, por sua biografia, a importância atribuída a este como um intelectual republicano. Contudo nosso interesse se focará na sua representação do acontecimento histórico denominado de *Guerra de Canudos* a partir de suas explicações e de sua participação direta.

Percebemos que Euclides da Cunha deve ser considerado como um homem de seu tempo, participando destacadamente no processo de queda da Monarquia e construção da República. Era racionalista, cientificista e positivista, por influência de sua vivência militar (estudantil e de caserna) um republicano fervoroso. Foi aluno de Benjamim Constant e como cadete do Colégio Militar foi expulso por insubordinação,

¹⁰ BARROS, José D'Assunção. A escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. IN: Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.1 – Jan/Jun 2010 – p. 75-102
Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

quando lançou sua espada aos pés do Ministro do Exército Imperial em protesto. Após a proclamação da República foi reincorporado, por pedidos dos companheiros militares, e formou-se oficial engenheiro. No entanto, divergindo ala militar ditadora, apoiadora do Mal. Floriano Peixoto, deu baixa para atuar como jornalista e polêmico, sendo que depois da publicação e do grande sucesso da sua obra “Os Sertões” (1902), tornou-se intelectual respeitado e célebre escritor. Durante o período da *Velha República* integrou a ABL e o IHGB, órgãos representantes da intelectualidade brasileira dos *Bacharéis*, que congregava os intelectuais orgânicos ideológicos republicanos.

Em 1897, escreveu para o jornal *A Província de São Paulo* (atual “O Estado de São Paulo”) artigos sobre Canudos qualificando-a como a *Vendéia Brasileira*¹¹, por isso recebeu um convite de *Julio Mesquita* (baluarte republicano) para ser correspondente do jornal no palco do conflito, para onde seguiu com o *Batalhão Paulista*. Escreveu diretamente do campo de batalha, enviando artigos para informação pública. Assim participou e descreveu os acontecimentos do conflito como um jornalista.

Esta sua experiência no conflito foi empregada na sua principal obra, “Os Sertões”, escrita no final do Século XIX e publicada no início do XX (1902), por isso carrega toda a situação intelectual, social, cultural, política e econômica da sua época, como também todas as concepções científicas de seu autor.

A sua narrativa apresenta perspectivas de jornalista, historiador e de militar. Comentará as ações das expedições, criticando com base no conhecimento militar. Se vale deste seu participar e de relatar dos acontecimentos, como um jornalista, para qualificá-lo para o desenvolvimento de uma narrativa sobre o acontecimento. Assim, agindo como um *historiador*, almejando realçar a objetividade imparcial da sua narrativa ao retratar os fatos, por descartar a sua subjetividade e empregar fontes fidedignas.

Na atualidade, encaramos seu relato como uma representação subjetiva daquele momento histórico, que nos apropriaremos para tecer outra reflexão, que acionará os sujeitos vencidos. Pretendemos demonstrar como a sua subjetividade está amplamente impregnada e estampada na sua obra. Fato que não diminui a importância de seus escritos como basilares para qualquer estudo sobre o tema. Isto é determinado primeiramente por sua presença *in loco*, no palco do conflito, e depois pela sua obra

¹¹ Remete-se a “Vendéia”, região da França que se rebelou contra o governo republicano da chamada “Revolução Francesa”.

descritiva, narrativa e reflexiva sobre o grande conflito armado ocorrido em 1894 na localidade conhecida como *Canudos*, no interior da *Província da Bahia*.

Perseverou como um representante da intelectualidade fundadora do projeto republicano, integrando a ala civil intelectual republicana, conhecidos e chamados de *Bacharéis*. Na sua consagrada obra ensaísta, devemos perceber estas características, como também a carga subjetiva intencional de legitimar, justificar e defender as suas posições políticas e ideológicas republicanas. O livro foi transformado em um épico republicano, onde os valorosos e valentes expedicionários empreendem titânico esforço para derrotar o agressivo atraso e o messianismo dos sertões da província da Bahia, porém, buscando atingir diretamente a *ala militar florianista*, teceu sistemáticas críticas sobre a condução militar das expedições.

Esta República não era unívoca como pregavam os seus construtores, sendo constituída de tendências diversas em várias dimensões, por vezes, até antagônicas. As diversas particularidades motivavam embates e conflitos, também diversos, buscando a sua inserção dentro desta construção de grande projeto. Por isso, não apresentavam um perfeito consenso, na verdade, uma opção se destacava e se impunha ao receber adesão da maioria das elites, atingindo um consenso pela erradicação das discordâncias.

Isto se espelhava no ambiente cultural, onde ocorria também um conflito, pois se desejava impor uma cultura civilizada eurocêntrica, uma *Cultura Erudita*, sendo que os intelectuais almejavam pedagogicamente doutrinar a cultura inferior, popular e monarquista. Por este *popular* devemos considerar principalmente as manifestações, usos e práticas emanadas da população da classe empobrecida. Contudo esta *cultura popular* atingia também esta classe superior, que buscava formas para se apropriar, transformar ou erradicar este popular. Esta intenção, expressa em leis, não era suficiente para convencimento do popular e não atingiam seu intuito, sendo necessária uma *ação cultural* para promover o *novo civilizado* contra o *antigo bárbaro*.

A Cultura Erudita conseguiu algumas vitórias se impondo hegemonicamente, no entanto, muito desta cultura popular foi apropriada e passou pela manipulação civilizatória da intelectualidade republicana para se tornar *cultura brasileira*.

A *Cultura Republicana*, que se considerava como civilizada, pretendia impor esta sua pretensa superioridade erudita sobre a cultura popular dos sertões bahianos. A justificativa cultural tem como vetor a grande obra de Euclides da Cunha, veremos como se encadeiam diversas premissas de ordem científica, como o conceito de raça superior, que são uma metáfora para a dominação da cultura superior republicana.

Os Sertões por Euclides da Cunha

O Brasil era eminentemente e grandemente povoado na sua região costeira desde a colonização, sendo que, estas regiões mais profundas e afastadas da costa eram comumente denominadas genericamente como *sertão ou sertões*. Entretanto foca-se sobre um sertão em especial, que se localiza no interior da província da Bahia, especificamente em um arraial chamado de *Canudos*. Consideramos que serão sertões pelo olhar do seu autor, por suas percepções dentro da sua subjetividade. Percebemos que sua narrativa pretendia ser vista como registro histórico, como documentário da guerra nos sertões, sendo esta sua intenção é plenamente denunciada pelo seu esquecido nome complementar: “a campanha de Canudos”.

A obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, sob o olhar dos atuais historiadores, apresenta diversas possibilidades de estudo, pois nesta o autor versará sobre geografia, história, sociologia, antropologia e até psicologia. O seu relato é passivo de novas leituras pelas diversas áreas do conhecimento até os dias atuais, assim como diversas apropriações e resignificações de seu conteúdo.

Observamos que a narrativa dos acontecimentos, na obra fonte, está toda contaminada pelo cientificismo daquele momento do Século XIX, por isso o autor advoga em defesa da tese que escreveu uma a verdade absoluta (rankeniana). Ainda, usando uma linguagem rebuscada e intelectualizada, recheada de cientificismo de sua época, causa um truncamento do entendimento histórico em certos pontos.

Como exemplo, existe no início da obra um texto dirigido ao leitor, denominado de “Nota Preliminar”¹², nesta nota faz citação direta do intelectual positivista francês *Taine*. Indicando o autor desejou empregar o “*Método de Taine*”¹³ para a sua análise histórica recorrendo nesta sobre *o ambiente, a raça e o momento histórico*.

¹² “Nota Preliminar” (Página XXIX da primeira edição de 1902), reproduzida do exemplar de estudo: CUNHA, Euclides da. “Os Sertões: Campanha de Canudos”. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979, p. XXIX.

¹³ **Hippolyte Adolphe Taine** (Vouziers, Champanha-Ardenas, 21 de abril de 1828 - Paris, 5 de março de 1893) foi um crítico e historiador francês, membro da Academia Francesa (cadeira 25: 1878-1893). Foi um dos expoentes do Positivismo do século XIX, na França. O Método de Taine consistia em fazer história e compreender o homem à luz de três fatores determinantes: meio ambiente, raça e momento histórico. Estas teorias foram aplicadas ao movimento artístico realista. Fonte: Wikipédia – acesso 05/01/2014.

A obra divide-se em três grandes capítulos principais, assim intitulados: “*A terra*”, “*O homem*” e “*A luta*”, sendo estes divididos em sub-capítulos, por almejar uma melhor exposição e organização do relato, também os divide. O autor usa estas alegorias para lhe auxiliar no desenvolvimento da sua narrativa, mas com pretensão documentária indica agir dentro de uma rigorosa *metodologia histórica*, assim percebemos que no primeiro capítulo versa o ambiente, no segundo discorre sobre o conceito de raça e o terceiro narra o momento histórico.

O primeiro capítulo, de título “*A terra*”, apresenta um tratado abrangente que descreve o espaço e o ambiente da região do interior da Bahia, que chamou de *Sertões*. Demonstrando domínio da Geografia, descreve inicialmente geologicamente o relevo de toda a província da Bahia, apresentando com destaque um estudo sobre o relevo da região de Canudos, considerado como múltiplo, acidentado e íngreme. Ao descrever o arraial, do alto do Monte da Favela, assinala os diversos montes que o circundam, deixando patente a dificuldade de acesso ao arraial, propiciado pelos acidentes do terreno. Analisa depois o meio ambiente.

O clima sertanejo, caracterizado pela dualidade entre as épocas de chuvas e secas, por isso passando do paraíso verde das chuvas para inferno desértico do período de seca, assim destacando as dificuldades para a sobrevivência das espécies (vegetais e animais) causadas por este clima seco e quente, de aspecto desértico. Apresenta detalhadamente a vegetação da região, com destaque para as suas adaptações para resistir à seca, com destaque para a *caatinga* e suas características. Descreve como o clima e a falta de água castigam a fauna, a flora, os habitantes e seus rebanhos.

Nesta perspectiva geográfica, demonstra grande conhecimento e estudo, possuindo domínio de conhecimentos desta área, conforme a sua época. Neste também relaciona as condições adversas de sobrevivência, ocasionadas pelo período de seca, descrevendo as ações de adaptação e evolução da flora, fauna e dos habitantes àquele habitat. A grande aspereza e dificuldade para a vida do ambiente sertanejo, na época da seca, é o principal destaque, por isso propõe a construção de uma rede de açudes como forma de remediar esta penosa situação.

Logra uma perspectiva científica naturalista, evidenciando uma seleção natural, no melhor estilo darwinista, discorrendo sobre as adaptações necessárias das espécies

objetivando esta resistência, e assinalando as diversas singulares e peculiaridades do ecossistema.

Em suma, descreve espacialmente a região e o seu meio ambiente, demonstrando as extremas dificuldades propiciadas pelo ambiente aos não conhecedores e adaptados, assim tornando-se um grande agravante nas derrotas das expedições militares. A descrição do ambiente demonstrará como este será adversário dos expedicionários e um aliado do seu antagonista, o *Sertanejo Jagunço*. No capítulo seguinte demonstrará o amplo conhecimento do ambiente de seus nativos e a grande capacidade de adaptação destes na sua busca pela sobrevivência.

No segundo capítulo, de título “*O homem*”, descreverá inicialmente as ações de adaptação dos habitantes ao ambiente, especialmente hostil à sua sobrevivência durante o período da seca. Enaltece a extrema capacidade de adaptação e resistência deste homem do sertão (que será chamado de *sertanejo*), como também a sua coragem na resistência e superação às adversidades impostas na sua luta diária pela sobrevivência. Nunca desistem, pois quando a seca se torna insuportável, batem em retirada para outras regiões, para depois retornar com a volta da chuva.

Neste capítulo tece um estudo sobre o *sertanejo*, assim descrevendo o seu ambiente e seu modo de viver. Busca definir a gênese racial do sertanejo e a sua formação histórica; empregando para a sua análise diversas áreas do conhecimento consideradas como incipientes na sua época (versará a cultura, a sociologia, a antropologia e até a psicologia), no entanto dentro de perspectiva científica relativa e circunscrita à sua época. Promoverá uma discussão sobre o conceito de raça, baseando-se nos princípios científicos chamados de *teses raciais*. Apesar de considerar a mestiçagem como degenerativa da raça superior branca, descreveu a constituição de uma sub-raça chamada de *sertaneja*, que considerou *mais forte* (combativos e adaptados) que os mestiços do litoral, pela predominância dos indígenas em sua mestiçagem. Ainda considerou, que deste tipo de sub-raça sertaneja surgiu uma anomalia racial perigosa, que chamou de *jagunço*, sendo desta forma que se refere aos habitantes do arraial de *Canudos* em sua obra.

O autor dedica-se a traçar os antecedentes da luta relatando a vida do *líder jagunço Antônio Conselheiro*, qualificando-o como messiânico, anti republicano e portador de desequilíbrio mental. Trata-se de uma consciente desqualificação do inimigo, para constituir uma defesa à necessidade de seu combate e erradicação.

O terceiro capítulo, com o título de “A luta”, é o mais longo da obra e também o mais importante, pois neste narrou a sua participação direta no episódio histórico. Neste capítulo, almejou traçar os antecedentes do conflito armado, como os desentendimentos com o personagem Antônio Conselheiro, depois descreveu a derrota das três expedições anteriores e, por fim, descreveu o momento histórico derradeiro do conflito, durante a quarta expedição militar, que participou como observador jornalista.

Observamos que o objetivo da sua obra é defender a necessidade da ação militar republicana, realçando o heroísmo republicano e apresentando justificativas que ensejam promover o convencimento do leitor da necessidade da campanha. No capítulo encontramos uma análise que valorizou o sertanejo apoiador ao mesmo tempo cunhou uma descrição, de forma preconceituosa e pejorativa, dos sertanejos rebeldes. O intuito foi fomentar uma antipatia que corroborasse para uma tese defensora da necessidade de ação repressora, que serviu também para a justificação da guerra.

Em relação ao emprego de fontes, Euclides da Cunha declarou utilizar documentos escritos, sendo preferencialmente *documentos oficiais*. Na obra, apresenta como fontes a correspondência oficial das autoridades locais com o governo de Salvador, como também deste com a Capital. Utiliza atas de reuniões, determinações e Leis dos poderes políticos oficiais e do bispado e da arquidiocese da Igreja Católica Baiana. Acionou relatórios militares oficiais sobre a luta, para reconstruir as ações militares, anteriores a sua presença. Notamos que demonstra preocupação em empregar as recomendações referentes a fontes, tal como foram preconizadas pela *Escola Metódica Francesa*. No entanto, também acatou outros documentos escritos não oficiais, como correspondências particulares de clérigos, políticos e fazendeiros da região do conflito, ainda artigos sobre Antonio Conselheiro da imprensa baiana e carioca. Em última estância, acata alguns testemunhos como fonte, considerando estes testemunhos como fidedignos, por serem emitidos por produtores confiáveis. Estes testemunhos eram de Senhores Políticos e Fazendeiros (como o Barão de Jeremoabo), Agentes de repressão (delegados de polícia), Párocos e autoridades eclesiásticas (avessos ao misticismo do Conselheiro) e de Militares (muitos sem discriminação ou comprovação indicada).

Consideramos que as fontes consideradas pelo autor na sua obra são, para um historiador atual, repletas de intencionalidades escusas por parte de seus produtores. Os conteúdos das fontes elencadas são sempre contrárias ao seu líder, Antônio Conselheiro, e aos seus seguidores, que chamaremos de Conselhistas, sendo subjetivamente

escolhidas conforme o seu interesse, demonstrando sua parcialidade. Empregou somente fontes que corroboram para defesa de suas ideias e da sua posição em relação à República.

Conforme veremos adiante, com o Prof. Dr. José Calasans Brandão da Silva, considera que em relação ao emprego de fontes utilizadas por Euclides da Cunha, nem todas foram bem esclarecidas. Observou a utilização de diversas obras existentes anteriormente ao seu escrito, que não foram identificadas pelo autor. Sendo que, estas outras obras possuíam uma conotação histórica memorialista, de conservação da memória da classe dominante.

Antônio Vicente Mendes Maciel e Antônio Conselheiro

Neste capítulo também almejamos analisar o processo antecedente ao conflito armado e estabelecer o seu contexto histórico, mas pela perspectiva da população dos sertões bahianos, especialmente dos revoltosos que o alçaram o personagem *Antônio Conselheiro* como seu líder. Apresentaremos uma perspectiva diferente da análise efetivada por Euclides da Cunha no capítulo “*O homem*”, que comentamos anteriormente. Para isso empregaremos a segunda obra fonte, a obra “*Cartografia de Canudos*” do Prof. Dr. José Calasans Brandão da Silva, para vislumbrar estes agentes históricos vencidos e lançar outro prisma à visão de Euclides da Cunha.

Considerou o autor da segunda fonte, que as fontes euclidianas não foram bem definidas, sendo que muitas fontes recolhidas e estudadas pelos atuais pesquisadores nordestinos são citadas na obra euclidiana, mas foram identificadas por este na sua narrativa. A seleção subjetiva euclidiana não contemplou a faceta oposta do conflito.

Iniciamos com informações do trabalho intitulado “*Antônio Vicente no Ceará*”¹⁴ pelo qual nosso mentor acadêmico traça uma linha biográfica de *Antônio Vicente Mendes Maciel* anterior a sua atuação como líder carismático religioso, alcunhado de *Antônio Conselheiro*.

¹⁴ Este trabalho foi originalmente publicado na “*Revista da Academia de Letras da Bahia*”, n. 37, março de 1991. Inserido no livro fonte de estudo (“*Cartografia de Canudos*” de autoria do Prof. José Calasans Brandão da Silva).

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu na Freguesia de Santo Antônio de Quixeramobim, na Província do Ceará, em 13 de março de 1830, filho de Maria Joaquina, também Maria Joaquina de Jesus e Maria Joaquina do Nascimento, ilegítimo e pardo, conforme batistério encontrado por estudiosos¹⁵. Maria Joaquina viveu maritalmente com o comerciante Vicente Mendes Maciel até a sua prematura morte em 1834. Em 13 de março de 1834 contraíram matrimônio em *articulo mortis*, assim Vicente legitimou a paternidade de Antônio, então com quatro anos e de suas irmãs Maria e Francisca, na época com idades inferiores a de Antônio.

Vicente Mendes Maciel contraiu um novo matrimônio, em 12 de fevereiro de 1836, com Francisca Maria das Chagas, sendo que deste enlace foram concebidas duas filhas, Dorotéia e Rufina Francisca Maciel. Posteriormente, Conselheiro relatará que era maltratado pela madrasta, que sofria de demência.

O comerciante possuía relativo sucesso, fato que permitiu que Antônio estudasse com um professor particular, aprendendo a ler e contar, assim como o idioma eclesiástico do *Latim*; concluímos que cultivava uma instrução superiora em comparação com a grande maioria da população de seu tempo. Decorre disto o seu domínio do Latim, amplamente utilizados em suas futuras pregações.

Antônio ajudava no comércio do pai, mas os negócios começaram a piorar. Vicente embriagando-se diariamente foi acometido de demência e faleceu com 48 anos em 1855. Antônio, contando com apenas 25 anos, assumiu os negócios da família, que já estavam em uma péssima situação, por isso precisou hipotecar a sua casa e loja, pretendendo com isso manter os negócios. Antes dos negócios degradingarem, promoveu o casamento de suas irmãs e casou-se com uma aparentada, Brasilina Laurentina de Lima, em 7 de janeiro de 1857. Apesar de seus esforços, em 3 de setembro perdeu tudo que possuía, por conta das dívidas contraídas e não saldadas.

Desgostoso mudou de cidade, atuou como professor e empregado no comércio, até que, com a proteção de seu compadre advogado, se tornou um rábula na cidade de Ipú, no interior do Ceará, assim defendia os pobres nos tribunais. Enquanto atuava e morava nesta cidade, se tornou pai de dois filhos, até que, por motivações pouco esclarecidas, desligou-se daquela vida e principiou um trabalho de peregrino religioso.

¹⁵ BARROSO, Gustavo. *À margem da História do Ceará*: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 251. O documento, também encontrado por Ismael Pordeus, foi publicado em "O Nordeste". Fortaleza, 06-07-49.

Especula-se que o fato decorreu da traição da sua esposa, que ele abandonou, ou foi abandonado por ela, pois havia fugido com um sargento policial.

De qualquer forma, surge neste momento, por volta de 1870, o místico pregador que se intitulou como *Antônio dos Mares*, mas que receberá diversos codinomes pelos populares (como *Santo Antônio Aparecido*). Sendo que a alcunha de *Antônio Conselheiro*, devido a sua prática de aconselhamentos, se tornou aquela mais citada historicamente, por isso também foi escolhida em nosso trabalho para denominar *Antônio Vicente Mendes Maciel*.

Segundo o Prof. José Calazans no trabalho “*Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios*”¹⁶ a inspiração para aquela nova vida de Pelegrino pelos sertões se fundamentava em uma promessa de construir de vinte e cinco (25) igrejas pelos sertões. O Professor promove uma relação de obras efetivadas pelas andanças nômades do Conselheiro pelos sertões nordestinos. Construindo e reformando igrejas e cemitérios desde o período que antecede à fundação de *Belo Monte*.

Na contagem do Prof. José Calazans, baseado em documentos e historiografia, realizou vinte e uma (21) obras, inclusive as duas Igrejas e o Cemitério de Canudos, concluindo: “Ai estão 21 construções, entre igrejas e cemitérios. Vagamente, aqui e ali, algumas referências onde são apontadas edificações e restaurações em Inhambupe, Barracão, Tucano. Nada absolutamente de concreto. Confusas informações, não raro.” Como destaca o Prof. José Calazans, esta atitude assistencial também é reconhecida por Euclides da Cunha na primeira obra fonte no capítulo “O homem”¹⁷.

Para entender a situação cultural, social e política daquele sertão, antes da dita guerra, empregaremos o trabalho denominado “Canudos não Euclidiano”¹⁸.

Antônio Conselheiro em suas andanças realizava missas, dentro da rigorosa doutrina religiosa da Igreja Católica Romana, especialmente onde ela estava ausente. Realizava uma pregação doutrinária, denominadas de prédicas, sempre acompanhada de aconselhamentos diversos, que lhe valeu a alcunha de *Conselheiro*. Preconizava

¹⁶ Publicado primeiramente na Revista Brasileira de Cultura, Brasília, n. 16 abr./jun., 1973.

Inserida no livro fonte Cartografia de Canudos (o.c).

¹⁷ CUNHA, Euclides da. “Os Sertões: Campanha de Canudos”. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979, p. 113.

¹⁸ Originalmente publicado em *Canudos – Subsídios para sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, Monteiro Aranha S.A., 1996, p. 1/23. Inserido no livro fonte de estudo (“Cartografia de Canudos” de autoria do Prof. José Calasans Brandão da Silva).

casamentos e batizados para a regularização dos fiéis perante a Igreja. Exortava os ouvintes para auxílio na construção de templos e cemitérios, onde não existiam, assim como a reforma e reconstrução dos santuários estropiados, mas construiu até açudes.

Nas suas prédicas, não se ausentava da dimensão política, pregou contra a escravidão, tecia críticas sobre a exploração dos fazendeiros, criticava mandões políticos e a atuação do governo da República. Demonstrando-se francamente contrário à separação do Estado da Igreja, como foi determinado pela república. A pregação de *Antônio Conselheiro* tinha uma grande capacidade de envolvimento, sendo que muitos se dispunham se afastar do trabalho para escutá-lo.

Existiam muitos destes pregadores espalhados pelos Sertões, sendo aquele Antônio Conselheiro era apenas mais um destes. Todos almejavam dar alento e esperança para aquela população sofrida e miserável, quase sempre através de promessas de recompensas celestes, porém os poderosos não aceitavam estes pregadores apostólicos, pois consideravam que a igreja regular era o suficiente para propagar a boa fé e manter a paz da submissão. Esta elite dominante era composta pelos grandes latifundiários da região, senhores de terras e escravos, detentores de *títulos nobiliárquicos* (como Barão) atribuídos pelo Império ou recentemente empossados como *Coronéis* pela República.

Os pregadores eram considerados como vagabundos, débeis, e certamente, loucos dominados por um perigoso fanatismo religioso que atentavam contra a ordem estabelecida. Decorrente deste desconforto que causavam na elite sertaneja; estes pressionavam por sua repressão e incitavam os delegados de polícia a expulsar os indivíduos indesejáveis. Também muitos clérigos da região, não eram simpáticos às ações destes elementos, pois era atribuição, restrita somente aos sacerdotes regulares, professar as missas e as prédicas, em conformidade com a determinação da alta hierarquia da Igreja Católica Bahiana.

A crescente popularidade do Conselheiro entre os fiéis, realizando missas e prédicas, determinou que uma parcela do clero se sentisse atingida e enviassem diversas reclamações ao *Arcebispo de Salvador*. Este decretou a proibição imediata do Conselheiro de pregar, aconselhar e de celebrar missas. Este fato foi comunicado por diversos membros eclesiásticos pessoalmente ao Conselheiro, principalmente pelos padres das cidades visitadas.

Inicialmente o Conselheiro repetia o ato apostólico de bater sandálias e se retirava, quando não permitiam a sua pregação. Com o tempo, passou a ignorar a

determinação, realizando as suas missas e prédicas, apesar das reclamações do pároco da cidade, principalmente nos locais onde os delegados não reprimiam o pregador; dizendo não se envolver em religião.

Não existiam apenas delegados simpáticos ao Conselheiro, existiam também párocos simpáticos, que permitiam a pregação do Conselheiro. Visto que a sua pregação fomentava casamentos e batizados, que fornecia renda, como também promovia exortação de contribuição e até assistência construtiva para reformas ou construção de igrejas e cemitérios. Muitos moradores abandonavam os serviços no campo para escutá-lo, ou pior, se alistavam para trabalhar gratuitamente nas obras propostas pelo pregador. Este proceder, principalmente, tornava-o antipático àquela elite sertaneja, isto porque retirava o trabalhador dos seus lucrativos deveres sem nenhuma compensação.

O problema foi levado para discussão pelos poderes políticos do Governo da Província da Bahia na Capital (Salvador). Na Câmara, parte dos políticos expunham as atitudes de Conselheiro de desrespeito ao clero e de prejuízo aos Senhores, consideravam-no como inconveniente e perturbador da ordem, como também julgavam preocupante a escalada crescente de poder do líder religioso. Todavia, existia uma grande parte dos políticos que defendiam as *atitudes cristãs do Conselheiro* como inofensivas, pois consideravam que suas ações eram benéficas para a província da Bahia, por conta de todas as obras físicas e assistencialistas espalhadas pela Região que circulou. Por isso, este era o grande diferencial do Conselheiro dos outros pregadores, seu pragmatismo religioso servia ao ausente governo provincial. Podemos entrever, por diversos relatos, que todos aqueles sertões eram descontentes com as cobranças de impostos, porque se sentiam negligenciados pelo governo central e pela alta cúpula da Igreja. Entregues a exploração dos mandões regionais viviam miseravelmente, ainda existia a população desamparada dos recentes libertos, chamados como “13 de maio”, que haviam deixado o seu Senhor para vagar sem destino.

As elites locais e o alto clero da Capital consideravam que a Igreja tradicional dos domingos, já era suficiente para a formação cristã e submissão da pobreza. A Igreja sertaneja local, associada às elites, era que desempenhava o papel assistencialista. O Estado Federal estava ausente nas diversas regiões interioranas da Bahia e do Brasil, sendo o governo provincial responsável pela sua administração e gestão. Ao nível local ainda predominavam a política de dominação de chefes políticos latifundiários, ainda decorrentes do modelo imperial.

As cobranças de impostos praticadas nos municípios eram exageradas e violentas, praticadas pela elite local contavam com a conivência da Província e omissão do governo Federal. O Conselheiro pregava contra os altos impostos e a violência das cobranças, culpando o governo da República pela situação. As elites desejavam encontrar um meio de fazer cessar as críticas do místico.

Relatou o Prof. José Calasans que em 1876, o Conselheiro foi acusado de um duplo homicídio: o assassinato de sua mãe e de sua esposa em sua cidade natal, Quixeramobim (CE). Esta era considerada a justificativa para a sua loucura religiosa e de sua andança: *remorso*. Preso, foi espancado e enviado para Salvador, e depois para a província do Ceará. Julgado, foi absolvido e liberto em 1/7/1876, uma vez que sua mãe havia morrido quando tinha quatro anos e sua esposa vivia com um soldado em outra localidade, com quem diziam que havia fugido. O Conselheiro afirmou “que se deixou prender por reconhecer aquele governo como válido”, isto porque não havia separação entre Estado e Igreja. Conselheiro foi proibido de retornar para a Bahia, mas não se intimidou e retornou para aqueles que o aguardavam nos sertões baianos. Agora era conhecedor da hospitalidade da polícia soteropolitana, endossada pelo seu clero, e talvez até ignorada por seu Imperador. Isto aconteceu ainda no período monárquico, quando já consideravam aquele pregador como um perturbador da ordem, tanto pela Igreja como pelo Império.

Euclides da Cunha relatou este caso em sua obra, qualificando como uma “lenda arrepiadora” a respeito de Antônio Conselheiro. Narrou que, acusado de duplo homicídio, aceitou ser preso e não se defendeu das acusações, apesar das surras que foi alvo continuou pregando a palavra de Cristo. Fato que reforçou a crença da polícia que se tratava de um louco, de mais um fanático religioso, e foi proibido de voltar para a Bahia. Libertado, por não ter nenhum cometido crime, retornou a Bahia, ignorando as advertências do governo contrárias ao seu retorno e de forma desobediente às Leis Republicanas.

Este relato estava atrelado e inserido em meio a uma série de afirmações pejorativas que teceu sobre aquele líder, tais como: bárbaro, psicótico, louco, grande homem ao avesso. Portanto fazia parte de uma estratégia premeditada de desqualificação deste personagem histórico, inclusive por meio de um aspecto psicológico. Esta sua análise foi confeccionada antes da sua descrição da guerra, dentro do capítulo designado como “O homem”. Euclides da Cunha não desqualifica o poder

de liderança do Conselheiro, porém considerando-o como atávico, louco e fanático, quase que o responsabilizando pela guerra.

Relatou o Prof. Calasans a respeito de um incidente com o Conselheiro, que chamou de “incidente de Masseté”, quando Conselheiro aconselhou a população a queimar os editais da câmara e não pagar os impostos, considerados como injustos e cobrados de forma violenta. Os cobradores de impostos e os políticos locais solicitaram uma enérgica repressão por parte do chefe de polícia, que amparado por seus homens, seguiram até o Conselheiro. Demonstravam que ensejavam a sua eliminação, por isso na defesa do Conselheiro partiram associados e populares, desencadeando uma luta violenta que evitou a ação policial e salvou a vida do Líder. Após este incidente, Conselheiro se convence da necessidade de formar um aparato para a sua defesa, sendo com este intuito, uma parcela dos seus seguidores se armou.

Acirram-se as controvérsias sobre Conselheiro em Salvador, este por sua vez, procurou um lugar para se fixar. Decidiu pela antiga fazenda de Canudos, às margens do *Rio Vaza-barris*. Neste local funda a cidade de *Belo Monte* (nome escolhido pelo Conselheiro). Podemos afirmar que, em suas andanças, conheceu bem toda aquela região, sendo provável que a escolha daquela localidade tenha partido de uma opção estratégica de defesa e de afastamento da repressão.

A narrativa euclidiana deixará plenamente demonstrada todas as dificuldades encontradas pelas expedições militares republicanas para avançar até Belo Monte. Quando o autor chama a cidadela de “Tróia de Taipa”, nos parece decorrente diretamente do local de sua instalação, conforme a descrição do escritor: um local isolado e íngreme, entre serras, como verdadeiras muralhas de pedras. Apesar de não admitir diretamente, a localização e a disposição das suas construções servirão como bloqueadoras do acesso das tropas republicanas. Somente a *quarta expedição* logrará êxito em atingir ao centro da cidadela em ruínas, após ser mantida sob fogo dos canhões e sitiada por três meses.

A liderança do Conselheiro foi capaz de cunhar aquela cidadela, que não seria possível sem a grei *Conselhista*. O seu estabelecimento concretizou uma verdadeira utopia guiada por convicções religiosas e políticas. O misticismo era o constituinte básico daquela utopia, sendo um ponto de unidade e de pertencimento para o grupo do Conselheiro. Lembrando que era a Igreja, que se incumbia de alento e de proteção aos grupos sociais miseráveis, atuando na conformidade da exploração e servindo de freio

das revoltas. Porém era a realizadora das poucas obras sociais nos sertões, com isso atuando onde o Estado se ausentava. Portanto, a atuação do Conselheiro, pregando nos locais sem padres e envolvido em construções de interesse religioso (templos) e público (cemitérios e açudes) despertava a admiração e confiança do povo, pois atuava onde a Igreja e República não atuavam.

Euclides da Cunha considera a liderança de Antônio Conselheiro como fanática religiosa, por isso o classifica como um líder messiânico. Entretanto, estas suas conclusões são decorrentes de relatos produzidos por interesses contrários ao Conselheiro. Primeiramente por clérigos antipáticos a sua pregação, e que não tiveram seus pedidos de cerceamentos das atividades religiosas atendidos pelo líder. Depois, por descontentes senhores da elite agrária e dominadores regionais políticos, isto devido à atuação política do Conselheiro com crescente prestígio e poder, entre a população subalterna.

Os Sertões de Antônio Conselheiro

O incidente denominado *Choque de Masseté*, em 26 de maio de 1893, foi considerado pelo Prof. José Calazans como deflagrador da repressão armada contra Antonio Conselheiro e seus seguidores, chamados de *Conselhistas*. A República não era simpática, não trouxera nenhuma melhoria, e se apresentava aos sertanejos através de uma injusta cobrança de impostos realizada por cobradores que agiam de forma violenta, apoiados pela polícia.

Os editais de cobrança de impostos das câmaras de deputados das cidades eram fixados, por meio de placas de madeira, em um local visível de cada cidade, tal como a praça central. Nestes locais que se realizavam as feiras locais, onde ocorria o comércio e escambo dos produtos produzidos; eram as manufaturas produzidas nas cidades e os produtos de procedência agrícola levados pelos agricultores. Por isso, estas feiras eram os locais preferenciais para ação dos cobradores. Em diversas localidades, os populares haviam se rebelado e expulsado os cobradores.

Certa vez, ocorreu uma revolta generalizada contra estas cobranças, com a retirada e queima das placas. O Conselheiro estava na cidade de Bom Conselho acompanhado de numerosa grei, quando semelhante protesto aconteceu. Aquela revolta

obteve total aprovação e apoio do místico, com os Conselhistas reclamando contra os republicanos. Os agentes do governo debandaram, entendendo que não poderiam empreender qualquer resistência, inclusive a autoridade da cidade, o *Juiz Arlindo Leoni*, refugiou-se fora da cidade, com receio dos revoltados apoiados pelo séquito do Conselheiro.

Em Masseté, ocorreu semelhante revolta apoiada pelo Conselheiro. A polícia tentou prender o místico e debelar o protesto. Principiou um choque pela ação de proteção dos revoltosos ao líder, que descambou em franca luta corporal. Terminou com dez mortos e colocou em fuga a força policial. As autoridades solicitaram ações imediatas contra os revoltosos, sendo que uma tropa com cem praças foi enviada para a cidade de Serrinha, para interceptar o Conselheiro. Este cruza a fronteira da Província do Sergipe e se coloca fora da ação legal dos bahianos. As autoridades de Salvador, precavidamente resolveram recolher a coluna, por considerar que a ação repressiva poderia desencadear um maior derramamento de sangue. A saída preconizada era utilizar o “terço no lugar do fuzil”, assim foi enviada uma missão religiosa (a missão do *Frei Monte Marciano*) para conter o religioso e trazer os revoltosos para a normalidade.

O incidente de Masseté foi contribuinte para que, naquele momento, o nômade aconselhador decidisse firmar-se em uma localidade. Na primeira semana de julho de 1993 (entre 5 e 6 do referido mês), acompanhado de seu séquito e de centenas de pessoas, chegou ao pequeno povoado de Canudos, que por determinação do Conselheiro, passou a ser chamado de *Belo Monte*. A repressão dispensada ao pregador também passaria a contaminar a sua criação.

As reclamações contra o Conselheiro, inicialmente são relacionadas com suas ações religiosas eram cobradas das autoridades eclesiásticas, que indicavam as suas atitudes antirrepublicanas para solicitar uso de equipamentos repressivos do governo, como a polícia, contudo muitos delegados permitiam as ações do Conselheiro. As reais motivações para a repressão física do Conselheiro estão relacionadas com o descontentamento da elite sertaneja regional com o crescente poder carismático do Conselheiro que podia influir politicamente. Apavorada com o desrespeito aos sacerdotes e êxodo dos trabalhadores, a elite local se associada politicamente aos seus representantes para acionar autoridades do Estado da Bahia, sendo que a grande elite soteropolitana levará o problema para a Capital da Federação, Rio de Janeiro. O incidente demonstrou a incapacidade da polícia local de conter os seguidores do místico, que levará futuramente ao emprego de tropas federais para a sua repressão.

A Imprensa Bahiana (O rabudo) e Carioca (Folha Laemert) já haviam noticiado a respeito de um maltrapilho, santarão e conselheiro, que no sertão da Bahia realizava missas sem ser sacerdote, sendo que possuía uma enorme assistência da população devido ao seu carisma. Fato repudiado e condenado pelas altas entidades eclesiásticas.

Nesta época que ocorre a prisão do Conselheiro em decorrência da “lenda arrepiadora”, pois já se configurava em uma tentativa de desestruturar e erradicar a liderança e o poder do pregador. A sua prisão e o seu retorno serviram para consolidar ainda mais a sua posição, este seu prestígio se evidenciava pelo crescente aumento diário de seus seguidores. A população de sua cidadela chegou até estimados 25.000, considerada como a segunda maior cidade da Bahia, na sua época.

A Arquidiocese Bahiana, almejando a saída preconizada do “terço no lugar do fuzil”, recomendada pelos políticos, decidiu enviar uma missão religiosa para conter o místico sertanejo. A missão do *Frei Monte Marciano* em Canudos foi um fracasso, não conseguiu debandar os conselhistas. Este confeccionou um relatório para Arquidiocese Bahiana, onde denunciou a falta de moral e as péssimas condições sanitárias da cidadela, como também a liderança fanática e messiânica do Conselheiro, ainda considerando-o como um convicto desrespeitador da República. Estes relatos foram usados para justificar a necessidade uma ação militar contra Canudos, inclusive sugerida pelo Frei no seu relatório. A obra eclidiana apresenta e utiliza-se deste relato para desqualificar os conselhistas e justificar a necessidade de sua repressão.

Capítulo III – A Guerra Fratricida

Segundo o Prof. José Calazans a chamada *Guerra de Canudos* foi uma luta fratricida, considerando que irmãos mataram irmãos em uma desavença resolvida com a eliminação dos antagonistas pela violência armada. Os seus trabalhos posicionam-se de maneira crítica àquele processo e opositora à diversas concepções difundidas por Euclides da Cunha.

O autor da obra “Os Sertões” defendeu a necessidade de uma ação militar republicana para erradicar um foco de selvagens bárbaros monarquistas. Canudos era

composto por degenerados de uma sub-raça, retardatários antropológicos incapazes de compreender a modernidade republicana. Jagunços que foram fanatizados religiosamente por um alucinado líder messiânico e colocados contra a República. No seu *Terceiro Capítulo*, denominado de “A luta”, o autor narra detalhadamente todos os confrontos, residindo nesta parcela da obra a sua maior importância. As observações do autor sobre as três expedições anteriores a *Quarta Expedição*, que participou, serão empreendidas como um conhecedor do malogro e tecidas por críticas que se prestam a justificar os insucessos. Toda a obra almeja primordialmente promover o convencimento pela necessidade da ação.

Entendemos historicizando o contexto histórico, no qual se inseria o autor e sua obra, para analisar o processo que propiciou aquele conflito com trágico encerramento. Por isso, propomos a analisar a obra euclidiana em uma leitura efetuada na perspectiva *Benjaminiana* de contrapelo àquela que chamamos de *historia tradicional*, isto se faz possível também pelas informações, pesquisadas academicamente, sobre os sujeitos históricos que estiveram na trincheira oposta dos triunfadores.

O relato crônico ensaísta, histórico positivista, possui valor para os historiadores atuais devido a nossa capacidade de sorver os indícios para uma nova representação sobre o tema. Doravante, pretendemos analisar o conflito deslocando o foco para a resistência dos sertanejos liderados pelo Conselheiro, que chamaremos de *Conselhistas*. Almejamos reconhecer no discurso canônico os elementos favoráveis aos rebelados, assim tecer as ações dos conselhistas pela inversão deste, sorver do declarado e buscar aquilo que não foi declarado nas linhas traçadas.

As críticas de Euclides às ações militares serão de eficiente auxílio nesta nossa empreitada, mas entendemos que o ensaísta pretendia com estas atingir ao grupo de Florianistas, de maneira alguma desejou comprometer o heroísmo dos expedicionários e a legitimidade da ação maior de repressão da República contra Canudos. Portanto, entendemos que através do texto euclidiano é possível traçar e entender a ação dos rebeldes.

A luta primeira

A luta primeira, para o Prof. Calasans, aconteceu antes da fundação de Belo Monte, pelo Choque de Masseté (antes detalhado) que determinou a sua retirada para Canudos. Incidente menosprezado no livro por Euclides da Cunha, que considerou a ameaça de invasão da cidade de Juazeiro, pelos jagunços do Conselheiro, como deflagradora da primeira batalha.

Disse Euclides: “Historiemos, adstritos a documentos oficiais.”¹⁹ Como discorrido anteriormente, procurando empregar, preferencialmente, fontes oficiais. Segundo o autor, para manter a sua segurança de Juazeiro, de um eminente ataque dos jagunços de Antônio Conselheiro, foi enviada, a pedido das autoridades locais, a primeira tropa para proteger Juazeiro. Na obra, apresenta a comunicação oficial entre uma autoridade da cidade de Juazeiro, *Juiz Leone*, com o Governador de Salvador, deste com o Exército do Governo Federal, e os relatórios do comandante da tropa.

O incidente ocorreu em dias de outubro de 1896; o Conselheiro necessitando do fornecimento de madeiras, para a construção da nova igreja do arraial de Canudos, contratou fornecedores da cidade de Juazeiro. Como não entregaram a mercadoria para o Conselheiro, foram ameaçados de uma investida para arrebatá-las. Uma autoridade de Juazeiro indisposta com o místico, o juiz de direito *Dr. Arlindo Leone*, enviou correspondência ao Governador da Bahia, *Dr. Luís Viana*, onde alegou um estado de pânico na cidade. Ocorria um êxodo em decorrência de boatos sobre uma eminente invasão jagunça à cidade, isto por conta de um distrato. Solicitou uma tropa para a defesa da cidade, isto para garantir a integridade geral contra a ameaça jagunça. O Governador pediu que vigiasse as estradas, caso ocorresse alguma movimentação dos sequazes, que fosse imediatamente comunicado.

O Juiz Leone enviou telegrama relatando que as forças jagunças se encontravam marchando a dois dias de Juazeiro. O governador, convencido da necessidade de uma defesa militar, solicitou o envio de uma tropa junto ao comandante regional do exército, Gal. Sólón, que destacou a tropa do *Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira*.

Em 07/11/1896, a tropa chegou de trem à cidade de Juazeiro e contava com 104 praças e 3 oficiais. O seu comandante tomou ciência dos fatos com a autoridade solicitante e permaneceu na cidade até o dia 11/11. Neste dia, o confiante comandante decidiu partir com destino ao arraial de Canudos para enfrentar os ameaçadores e evitar a invasão. No dia seguinte (12/11) partiu de Juazeiro com destino a Canudos, apesar do

¹⁹ CUNHA, Euclides da. “Os Sertões: Campanha de Canudos”. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979, p. 153.

assombro da população que renunciou uma derrota, por considerar a tropa muito reduzida para semelhante empresa. Isto só aumentou o êxodo na cidade.

Em 19/11 a tropa atingiu o povoado de UaUá, próximo de Canudos, e acampou no local. Os soldados foram recebidos em clima festivo, fato que robusteceu a confiança na vitória e decidiram permanecer no povoado até o dia seguinte, em preparativos para o avanço.

Na madrugada de 21/11, as sentinelas avançadas foram surpreendidas pela aproximação de uma multidão de até 3.000 elementos que seguiam na direção do povoado, vinham ostentando aparatos religiosos e entoando cantoria religiosa. Abriram fogo e retornaram para junto do restante da tropa no povoado, para comunicar o ataque surpresa dos jagunços. Assombrados pela ação, a tropa resistiu heroicamente, atirando continuamente contra os invasores até a exaustão. Os jagunços resistiram investindo contra a tropa, mas sentindo as diversas baixas impostas, partiram em desabalada retirada, assim se garantiu a vitória da tropa republicana naquele confronto.

Pela manhã foram contados 150 jagunços mortos, sendo que os republicanos tiveram 10 soldados mortos e 16 feridos (o autor não determinou a causa das mortes, apenas de uma das sentinelas, que foi abatido na faca). O médico da tropa enlouquecera com tantas mortes e estava acamado. O comandante assombrado pelo arrojo dos matutos no assalto e temendo por uma nova investida, optou por uma retirada em marcha forçada no mesmo dia. Com a partida da tropa, os sertanejos foram resgatar os seus mortos para sepultamento no seu arraial. Após marcha de quatro dias, chegaram a Juazeiro em péssimas condições e embarcaram imediatamente no transporte ferroviário com destino a Salvador. “E as linhas de telegrafo transmitiram ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja...”²⁰

Na Capital da província da Bahia, o comandante relatou aos seus superiores todos os acontecimentos, a partir deste incidente constatou-se a necessidade de deter e combater as perigosas forças jagunças. Este revés despertou reflexos também no Rio de Janeiro, onde Canudos passou a ser considerado como um problema da esfera federal. Não tardaria o envio de uma nova expedição, maior e mais armada.

O autor relatou a ação conforme a descrição dos relatos militares, no entanto principiou desenvolver críticas marcantes, que possuem o objetivo de atacar os políticos

²⁰ Ibidem, pg. 173

e militares florianistas, mas também a possuem a intenção de justificar a derrota republicana, sendo que este proceder será marcante em toda o restante da sua obra.

Sua primeira crítica trata da excessiva confiança do comandante, que destacado para proteger Juazeiro decidiu avançar até Canudos. O comandante estava habituado a atuar contra pequenos grupos cangaceiros do nordeste e desconsiderou o alerta dos populares, que consideravam aquela tropa acanhada para bater-se contra Canudos. Não agiu dentro dos preceitos militares, pois não conhecia as dificuldades do trecho entre Juazeiro e Canudos (de 200 quilômetros), como também desconhecia o número do contingente das forças inimigas. Contudo, considera pouco provável a quantidade de 3.000 jagunços descritos no ataque, isto porque outro informe daria conta de até 1.000 homens armados (informação do *Relatório do Frei Monte Marciano*). De qualquer forma, era um número bem superior à tropa republicana, sendo por isso que foi surpreendido pelo ataque jagunço.

Também considera que existiam informantes do Conselheiro em Juazeiro, que alertaram sobre a chegada da tropa, o seu tamanho e armamento, assim propiciando um ataque surpresa. Por fim, o autor não se demonstra convencido daquela vitória, pois o desenrolar da luta e a decisão do comandante por uma retirada...“Foi como uma fuga.”²¹

O Prof. Calasans relatou de forma diferente os mesmos acontecimentos. Escreveu que o Conselheiro encomendou em Juazeiro madeiras para a construção da Igreja Nova, mas não foram entregues. Enviou diversos emissários para cobrar a entrega dos materiais e não obteve retorno, então enviou uma mensagem sinalizando que, se necessário, procederia a uma busca dos materiais. O juiz Leoni de Juazeiro acatou a mensagem como uma ameaça de invasão, criando pânico entre a população, então solicitou uma tropa alegando como pretexto este pânico de uma eminente invasão.

O Prof. Calasans escreveu: “É bom mencionar, porque todos conhecem o episódio, haver sido o juiz de direito de Juazeiro, bacharel Arlindo Leoni, o principal responsável pelo envio da primeira tropa contra Canudos, a expedição Pires Ferreira, ato que desencadeou a Guerra do Belo Monte. Pois bem, o juiz de Bom Conselho, quando a localidade foi invadida, era Arlindo Leoni, que não teve condições de vir à sede do seu juizado, mantendo-se recolhido numa propriedade vizinha. Parece não haver esquecido a humilhação. Procurou vingar-se. E fez a abertura de uma tragédia.”²²

²¹ Ibidem, pg. 173

²² “Centenários Canudenses”, publicados originalmente no Jornal *A Tarde*, Salvador, 1994. Inserido na obra fonte Cartografia de Canudos (o.c.)

Consideramos que o Conselheiro providenciou para que fossem tomadas medidas para reforçar a defesa do seu arraial, pois este acontecimento convenceu aos Conselhistas poderiam ser novamente atacados, havendo a necessidade de *Belo Monte* resistir para não ser massacrado.

Fracasso da Segunda Expedição

A segunda expedição foi marcada inicialmente por uma disputa pelo comando da expedição entre o Governador do Estado da Bahia e o Governo Federal. O *Major Febrônio de Brito* foi enviado com tropas para Salvador pelo Governo Federal, enquanto se formava na Bahia uma tropa sob o comando do *Coronel Pedro Nunes Tamarindo*.

O Governador Bahiano defendia uma autonomia de comando, sentindo perda de sua autoridade, mas o Governo Federal assumiu forçosamente o comando, considerando aquela insurreição como ameaçadora da soberania nacional, portanto da alçada da Federação. A saída encontrada formou duas colunas, que juntas totalizavam 600 soldados, sendo que destes, 16 eram oficiais (3 oficiais médicos), mas o comandante seria federal, o Major Febrônio de Brito. A tropa enviada não era da elite de combatentes (com experiência na Guerra do Paraguai), assim demonstrando que consideravam como inferiores os seus oponentes.

A tropa chegou por trem na vila de *Queimadas* em 29/11/1896, deixaram uma pesada parte da munição e partiram para o arraial de *Monte Santo*, chegando em 20/12/1896. Neste são recebidos com clima festivo e prenunciadores de uma fácil vitória. Insuflados pela confiança, que suas modernas armas despertaram nos sertanejos (canhões e metralhadoras), permanecem em treinamento até 12/1/1897, quando o Comandante decidiu partir para Canudos. O comando optou por deixar mais munição em Monte Santo, sendo que esta decisão foi considerada pelo narrador como um verdadeiro “erro de ofício”, devido à forma que se sucedeu a batalha.

O Comandante escolheu o caminho mais curto, a chamada de *Estrada do Cambaio*, porém este era o pior caminho para o avanço da tropa. Por ser muito

acidentado, produzia grande desgaste na tropa pela falta de mobilidade dos canhões Krupp. Por isso, a artilharia ficaria sempre amarrando o avanço ágil do comboio.

Procurando tecer antecedentes da luta, havia explicado sobre o clima desértico e sobre a capacidade de adaptação do sertanejo, sendo assim, a *Geografia e o Clima* seriam aliados dos jagunços contra os expedicionários. A tropa se ressentia do calor e da falta de água, mas avançaram com pouca resistência até imediações do povoado de UaUá, mas sempre sob vigilância oculta dos revoltosos.

A estratégia dos rebeldes era de pequenos ataques, repentinamente zumbia uma bala que derrubava uma praça, não se via ninguém, e a corajosa tropa começava a ficar insegura na sua marcha. Os ataques aumentaram e foram ferozmente rechaçados, principiavam investidas nas caatingas na direção dos tiros, mas os atiradores não eram vistos e não eram capturados, somente os soldados voltavam machucados e esfarrapados pela caatinga. Ao menor sinal de tiro inimigo, principiava-se uma resistência atirando no invisível, sem eficiência, causando um grande consumo de munição de boca (para armas pequenas), fato que se constituirá em um erro fatal.

Em 18/1/1897 adentram na furna da Serra do Cambaio, sendo assaltados pelos Conselhistas. Os sertanejos, como conhecedores da região, escolhiam locais estratégicos, que fossem melhores para atacar a tropa e para se defenderem. Na luta, procediam de duas formas distintas, possuíam agrupamentos fixos, que atiravam de uma privilegiada posição protegida, e outros grupos móveis, que atiravam intercaladamente e mudando constantemente de posição.

O agrupamento permanecia fixo, ficou conhecido pelos soldados como *atirador fantasma*, isto porque atirava constantemente e quando parecia alvejado, retornava à carga de imediato. Somente depois, se descobriu que isto ocorria porque o armamento conselhistas era modesto, não possuía repetição e demorava a ser carregado, por isso até três homens se revezavam na carga das armas, que eram passadas para um atirador, sendo que quando este tombava, um dos outros assumia o seu lugar. Contudo, naquele momento os soldados eram assombrados pelo fantasmagórico atirador.

Segundo Euclides, *João Abade* era o comandante jagunço e sob seu comando havia vários cabeçilhas, encarregados do comando de grupos de jagunços, que possuíam lideranças dentro de cada grupo. Destacou as ações ousadas de um destes cabeçilhas, que era chamado de *João Grande*, porque era um negro com “perfil de Gorila”²³. Este

²³ Ibidem 27, p. 186.

comandava um grupo que alvejava praças de um ponto e se refugiavam em outro, trocando de posição a cada ataque com uma “agilidade de símios”, por isso causavam muitas baixas e não eram alvejados.

Valentemente, os soldados investiram contra as posições jagunças fazendo recuarem, mas na verdade, eram direcionados para outra emboscada conselhistas. Os soldados republicanos resistiram aos ataques e heroicamente avançavam sobre o inimigo. Devido aos seus esforços, conseguiram eliminar o negro João Grande, mas se intensificou a batalha. João Abade reforçou a sua linha, com uma tropa estimada de 600 homens²⁴, que foi barrada e não chegou até o front. Percebemos que o intuito conselhistas poderia ser apenas de barrar o avanço expedicionário.

A munição de boca chegou ao seu fim, restou apenas aquilo que os soldados carregam, por isso se restringiu os ataques, preservando a defesa. Devido ao espaçamento surgido no duelo ocorriam pausas. Os conselhistas aproveitavam as pausas para zombar da tropa republicana, que era incitada por insultos como: “Avança, fraqueza do governo!”²⁵.

Ocorreu um dilema. A pouca munição remanescente poderia ser usada para um arranque final, mas ao avançarem corriam o risco de ficar totalmente sem munição. Assim como, permanecer mantendo posição e reação aos jagunços poderia comprometer uma retirada segura. Por isso, em 20/1/1897, o Cel. Febrônio decretou uma retirada, que procederia de forma organizada, sem deixar feridos ou armamento, contudo durante esta retirada seguiu no encalço dos invasores um grupo de rebeldes, comandados pelo cabeçilha chamado Pajeú.

Utilizando do ambiente, na travessia da serra, os expedicionários foram apedrejados pelos Conselhistas. Estes lançaram do alto as pedras da serra, sem possibilidade de reação dos soldados até atingirem o planalto de Bendegó de Baixo, quando acionando as metralhadoras e rechaçaram os perseguidores. Somente nesta localidade que encontraram alimentação, após três dias de fatigante luta sem a mesma.

Quando chegaram a Monte Santo, estavam esfarrapados, famintos e feridos. O autor disse que “Não havia nenhum homem válido (...) lembrando uma turma de retirantes (...). A população recebeu-os em silêncio.”(o.c.,p.206) Os remanescentes seguiram para Queimadas, muitos ainda estavam convalescendo, sendo protegidos por crianças engajadas, quando chegou a *Terceira*.

²⁴ Ibidem 27, p. 198.

²⁵ Ibidem 27, p. 198.

O autor não especificou as baixas ou quantos retornaram, mas ressaltou que entre os poucos que retornam ao acampamento, não existiam homens em condições de combate. A situação de retirada do armamento também não foi plenamente relatada, contudo percebemos que grande parte do armamento foi perdida. Veremos como este armamento será, posteriormente, aproveitado pelos conselhistas.

Parece proposital decantar a eliminação de João Grande e de contados cento e trinta e cinco (135) jagunços nas primeiras batalhas. Como também, considerar que foram mortos mais de trezentos (300) jagunços durante toda a luta, assim evitando definir as baixas e a vergonha da eliminação quase completa de seiscentos (600) soldados, que não lograram, sequer, chegar próximo da cidadela conselhistas.

Tecendo críticas a esta expedição, considerou como primeiro erro o desconhecimento da localidade, pois o comando deveria realizar pesquisa prévia com batedores, com isso facilitou que fossem emboscados. Critica o comando pela condução da tropa, pois seguiam com uniforme azul, que se destacava na caatinga, tornando-os alvos destacados para a artilharia dos conselhistas. Sendo que estes, adaptados ao meio, estavam vestidos com algodão e couro, da cor da poeira da terra e das pedras, que possibilitava que se mantivessem ocultos, pois eram amparados pelo meio.

Outra crítica, que será constante, considerou o desconhecimento da forma de luta e o despreparo para a resistência empreendida pelos conselhistas, que agiam à maneira dos indígenas e dos negros (como em uma ação de guerrilha).

Ocorriam ataques com diversos *grupos móveis* que atacavam e recuavam, pois não permaneciam estáveis. Quando a formação revidava para o lado do primeiro ataque, era atacada por outro lado. Os inimigos não eram vistos, sempre ocultos criavam uma constante tensão na tropa, causado pela surpresa de um ataque partindo do invisível.

Escolhiam locais, onde eram favorecidos pelo relevo, para seus ataques de surpresa; nestes pontos de emboscada concentravam o grosso dos combatentes e da artilharia. O entorno de Canudos era farto de locais com possibilidades para estas tocaias de grupos fixos e móveis.

Fica claro que os *Líderes Conselhistas* sabiam tirar vantagens do meio e obtinham êxito na sua estratégia de intimidação e de guerrilha. Assim sendo, consideramos que a escolha do local de fixação em Canudos já fazia parte de uma prévia estratégia de defesa. Também fica patente, que a partir da *Segunda Expedição*, os conselhistas irão se armar com as modernas armas e munições dos invasores,

abandonadas ou tomadas. Este fato vai aumentar a sua capacidade de resistência e ocasionar maiores baixas ao invasor.

Euclides da Cunha relatou que os soldados não eram sepultados pelos sertanejos, pois o forte calor mumificava os corpos que permaneciam tal como faleceram, e assim serviam como intimidação e como uma forte advertência psicológica aos invasores. Os sertanejos não tocavam em nada, somente retiravam as armas e a munição. Contrariamente ao hábito de espólio de guerra, existente entre os soldados republicanos.

No livro, ovaciona a bravura dos combatentes republicanos e reluta em admitir as derrotas, por isso empregou comentários militares críticos aos comandos, justificando cada revés. No entanto, serão as suas críticas que nos revelaram a maneira pela qual os revoltosos realizaram a proeza de resistir a uma tropa regular do exército.

Não devemos desconsiderar as críticas fez, novamente, ao excesso de confiança do comandante, que não conhecia o meio onde ocorreria a luta e a maneira da luta sertaneja, sendo por isso surpreendido. Considera como erro mais grave ter deixado munição para trás, não considerando as dificuldades existentes para transportá-la.

Iniciando a tecer crítica aberta aos procedimentos da ala militar Florianista, considerou nesta perspectiva, que as ações foram ineficazes em decorrência de seus próprios erros, não em decorrência de encontrar uma forte resistência. No entanto, podemos se apropriar destas narrativas para entender e traçar a maneira pela qual ocorreu a resistência dos rebeldes.

Derrota e destruição da Terceira Expedição

A *Segunda Expedição* causou apreensão no Conselheiro, pois a *Guarda Católica*²⁶ apresentou muitas baixas, sendo que todos os válidos foram preparados para o enfrentamento. Alguns cabeçilhas seguiram por toda a região levando os moradores das imediações para Belo Monte, para isso prometiam proteção e salvação. Com isso, se aumentava o contingente de lutadores, como também se evitava que estes sertanejos apoiassem aos invasores.

Euclides considerou que o Conselheiro possuía uma rede de informantes em Monte Santo, assim de antemão tinha conhecimento do tamanho da tropa, de seu

²⁶ Segundo o Prof. Calasans, desta forma era denominada a facção paramilitar organizada como exército e polícia de Belo Monte. Estava sob as ordens de João Abade.

armamento e itinerário, sendo estas informações importantes e úteis para que o místico e João Abade desenvolvessem a sua estratégia de defesa.

Canudos aumentava constantemente a sua população, até a *Terceira Expedição* se tornaria a segunda maior cidade da Bahia, por contar com estimados 25.000 habitantes, pois foram contatos mais de 5000 casebres no arraial após a sua derrota.

A derrota da *Segunda* agravou a crise em Salvador e despertou interesse do Governo Federal, sendo a que esta rebelião de Canudos passou a ser considerada como um grave problema a ser resolvido. A imprensa (carioca, paulista e bahiana) considerava Conselheiro como um líder messiânico e um perigoso fanatizador, e ainda, por se apresentar como contrário a República, um restaurador Monarquista.

Perseverando na sua crítica à *Ala Florianista* das forças armadas, descreveu que na época estes elegiam um novo herói: *Coronel Antônio Moreira César* (apelidado de *Corta-cabeças* pelos sertanejos), como o preferido para derrotar Canudos e eliminar a revolta. Euclides não poupou críticas a Moreira César, definido como homem cheio de soberba, arrogante, extremamente violento, além disso, sem aprumo para um soldado por possuir pequena envergadura, sendo frágil e doente (epilético). O Cel. Moreira César era célebre por desbaratar uma revolta messiânica ocorrida na Província de Sta. Catarina (chamada de *Revolta do Contestado*) por sua violenta atuação, quando eliminou os inimigos, fossem padres ou mulheres, pela baioneta e pela degola. Este seu perfil valeu o seu codinome (corta-cabeças) entre os sertanejos.

O Cel. Moreira César foi enviado como comandante da *Terceira Expedição*; contava com o melhor armamento do exército e com uma grande tropa composta de mil e trezentos (1.300) homens. Em 3/2/1897 partiu de trem do Rio de Janeiro para a Salvador, chegando à capital da Bahia ainda em via férrea, seguiu para a cidade de Queimadas, atingido a pequena estação em 13/2. Desta seguiram as tropas, praticamente a pé, até Monte Santo, aonde chegaram em 20/2/1897. Demonstrou um prodígio pela acelerada movimentação.

A crítica ao Comandante se estende agora ao seu comando, repetiu os erros anteriores e os agrava. Pretensiosamente não buscou informações com o comandante derrotado, portanto ficaria sujeito à mesma estratégia de guerrilha que foi alvo a Segunda. Argumentou que seria necessário ao comandante possuir habilidade para entender e desenvolver estratégias para atuarem contra as forças sertanejas. No entanto, Cel. Moreira César não possuía esta habilidade, pois era um militar restrito aos procedimentos de carga rápida e de choque.

Não procedeu a um levantamento geográfico da região, para decidir por um caminho que oferecesse menor risco ou melhores condições de tráfego. Escolheu o caminho mais longo, para evitar a Estrada do Cambaio (rota da Segunda).

A Terceira partiu na alvorada de 21/2/1897, caminharam todo o dia e acampavam a noite. A jornada seguia com morosidade, em decorrência da lenta movimentação da artilharia que arrastava canhões Krupp por estradas ruins. Os rebeldes espreitavam ocultamente o seu avanço e se preparavam contra o inimigo.

A estratégia dos Conselhistas foi alterada para a *Terceira*, pois ocorria um avanço livre da tropa invasora e os revoltosos não promoveram nenhuma batalha até 1/3/1897. Isto reforçava o excesso de confiança do comandante, que determinou início dos preparativos de invasão para o dia seguinte, quando chegariam ao seu destino. Não devemos esquecer que os Conselhistas já estavam alertas e vigiavam os invasores.

Partindo na alvorada 2/3 encontraram uma pequena resistência, quando chegaram à localidade de *Angico*, um pequeno grupo jagunço disparou contra a tropa. Os expedicionários rechaçaram com violência causando a fuga dos jagunços, em seguida procederam a uma perseguição sem resultados, apenas encontraram antigas armas abandonadas, que levaram até o Comandante. Estas reafirmaram a crença do comandante na inferioridade bélica dos jagunços, ponderou “que essa gente estava desarmada”. Eram 11 horas da manhã e estava a menos de duas léguas de Canudos, decidiu acelerar o passo e pregou para a tropa que “iria almoçar em Canudos naquele dia”. A confiança do comandante contagiava toda a tropa.

Eram treze horas quando avistou a entrada frontal de *Canudos do Alto do Morro da Favela*. A cidade parecia adormecida e à mercê de um assalto, aprumou a artilharia e descarregou sobre o arraial. Houve uma agitação no arraial, muitas mulheres e crianças buscando uma posição fora da área atingida. Desconsiderando o inimigo, determinou a invasão à carga de baionetas caladas.

A tropa expedicionária desceu para dizimar a cidadela atingindo rapidamente o limite próximo dos primeiros casebres, sem grandes dificuldades e sob um tiroteio frouxo. Porém, ao atingirem os primeiros casebres foram surpreendidos por uma grande carga de fogo inimigo. Os tiros vinham de todos os lados, rechaçando a investida.

Moreira César não conhecia semelhante resistência. Os conselhistas atiravam nos invasores por meio das frestas dos casebres, que serviam de proteção aos atiradores. A disposição dos casebres, em formato de trama, impedia o avanço da tropa que era colhida frontalmente e lateralmente pelos disparos oriundos de dentro e dos fundos dos

casebres. Quando conseguiam adentrar em um casebre, eram recebidos com balas pelos seus ocupantes ou em luta corpo a corpo com os facões. Quando conquistavam um casebre, não conseguiam sair deste sem dar de cara com os sertanejos atirando, ou eram fuzilados ainda dentro destes.

Os soldados estavam espalhados pelos casebres e seus pequenos becos que se formava entre as moradias, sendo que os casebres conquistados pelos expedicionários eram incendiados, para evitar uma reconquista dos jagunços. Isto levantou um manto de fumaça sobre o arraial, que dificultou a visão do comando e da artilharia, por isso se cessou o bombardeio, em favor da segurança dos soldados.

A tropa estava paralisada pela surpreendente reação e esboçava um retorno à retaguarda. O comandante Moreira César insistia na batalha e avançou na sua montaria para liderar no front, mas foi alvejado no abdômen neste avanço e nas costas, quando retornou, sendo levado para o acampamento médico. Foi comunicado o Cel. Tamarindo para assumir o comando da operação, enquanto enfrentava dificuldades no combate.

A tropa não conseguia adentrar no arraial após cinco horas ininterruptas de luta e muitas baixas. No final da tarde, a tropa principiou o abandono das suas posições, sem ordem ou controle do coronel comandante. Recuou atravessando o rio Vaza-Barris e rumando na direção do acampamento no Alto do Morro da Favela. Declinando das ordens do comandante ferido, que insistia na continuidade do ataque.

Tocou o sino da Igreja Nova às Seis horas, hora da *Ave Maria*, e a população conselhistas se reuniu para rezar, silenciando as armas, apenas se ouvia as preces de agradecimento pela vitória. No morro da favela, os soldados estavam perplexos com a resistência e com a atitude confiante e segura demonstrada com a reza. Cogitavam que a providência divina protegia os sertanejos ou eram confiantes em alguma outra proteção sobrenatural. Não se pode negar que os soldados haviam escutado relatos sobre os milagres do Conselheiro, como também sobre a coragem dos conselhistas, no seu sucesso contra a Segunda.

Nenhuma luz era acesa no acampamento, pois havia um enorme receio de um ataque noturno, que poderia dizimar o restante da tropa. Para os militares, um assalto noturno compacto seria a atitude correta para decretar uma vitória jagunça, por isso toda a oficialidade considerava a necessidade de uma urgente retirada. Comunicaram as considerações ao Cel. Tamarindo, que não demonstrou reação ou interesse. Então, os oficiais dirigiram a sua apreensão ao convalescente Cel. Moreira César. Este repudiou

aquela fraqueza, considerando que tamanha covardia mancharia a sua reputação, e ao final, determinou um novo assalto para manhã do dia seguinte.

Durante aquela madrugada, morreu o Cel. Moreira César, enquanto o velho Cel. Tamarindo permanecia envolto em sua apatia. A oficialidade remanescente determinou e organizou os preparativos para uma retirada na alvorada, que se iniciou em acelerado pela infantaria, mas a artilharia ficou atrasada.

Os conselhistas percebendo o movimento de retirada dos invasores enviaram guerreiros no seu encalço e entraram em confronto com a artilharia em franca retirada, que reagindo ao ataque buscou socorro com o Cel. Tamarindo. Este retornou dando ordens, pelos clarins, para a infantaria retrocedesse, mas estes não obedecem ao coronel e permaneceram em retirada. A artilharia sucumbiu junto com o comandante alvejado mortalmente (este seria encontrado mumificado, pela ação do forte calor, nos arredores de Canudos pela Quarta Expedição).

Os expedicionários encaçados pelos conselhistas promoveram uma batalha pela sua retirada, até que debandaram sem ordem determinada e sem destino definido. Empreendendo uma verdadeira fuga, dispersaram-se pela caatinga buscando ocultar-se. Os soldados abandonavam as armas e os uniformes, com receio de serem identificados e perseguidos pelos Conselhistas. Relatou o autor que, aos poucos, retornaram para Monte Santo até mil homens. Podemos atribuir isto ao costume sertanejo, de tomar posse das armas e munições do inimigo, como de maior importância que a perseguição aos soldados.

A estratégia sertaneja conseguiu surpreender novamente os seus oponentes. Resistiram a um ataque frontal ao arraial e impuseram uma derrota humilhante às forças expedicionárias. Demonstrando a dedicação e coragem da resistência rebelde, com também incompetência e temor dos expedicionários. Segundo Euclides da Cunha, a Terceira parecia ter tido como objetivo de entregar armamento moderno (Mannlichers e Comblains) e munição aos sertanejos. Contudo, devemos considerar que os soldados sabiam a maneira que a *Segunda* foi encaçada pelos conselhistas e colocada em uma situação de apedrejamento na serra do cambaio. Só isto explicaria a fuga alucinada, decretada pelo temor da perseguição conselhistas. Nos dois casos não foi favorecia a plena retirada de todas as armas, certamente muitas foram para as mãos revoltosas.

A derrota da *Terceira* deixou o Conselheiro em posição mais desconfortável, por que se previa que a República não cessaria os seus esforços de confronto, pois a cada expedição aumentavam o contingente de combatentes e sofisticavam-se os armamentos.

Os seus esforços de resistência demandavam sacrifícios enormes de vidas, mingando os seus combatentes. Entretanto, pelo envio do “corta-cabeças” se demonstrava a maneira pela qual o exército republicano desejava encerrar o conflito, por isso não existiria outra saída, senão permanecer na resistência até uma morte honrada. Não se tratava de uma atitude suicida, mas de coragem dos combatentes, que preferiram morrer lutando pelo seu sonho.

O convencimento para esta atitude guerreira pode ser explicada pela existência de um sentido de honra na cultura sertaneja e por sua crença mestiça. Conforme descreveu o autor no seu livro, no sertão existiam diversos mitos, como o milenarismo e o sebastianismo, sendo o que o próprio cristianismo era mestiço, isto por ser influenciado pelas diversas crenças sertanejas. Pois seriam estes fatores existentes na crença mestiça, que somados a loucura messiânica fanatizadora do Conselheiro, que convenceu os jagunços em optar pela luta até a morte. Seriam promessas, semelhantes aos de uma guerra santa, de recompensas no céu que animaria os jagunços na luta suicida.

Todas estas hipóteses se baseiam em relatos dos clérigos contrários ao Conselheiro, na verdade, toda a Alta Cúpula da Igreja Católica Bahiana nunca defendeu o pregador. Desobediente à Igreja, esta somente corroborou para visão apresentada pelo autor de “Os Sertões” de messianismo e de ameaça a república.

Consideramos que o Conselheiro compactuava com estas crenças sertanejas, que poderiam até sustentar a sua liderança religiosa peculiar entre os sertanejos, mas esta era também uma liderança política.

Antes da chegada da *Quarta Expedição*, descreveu aquilo que considerou como antecedentes da guerra. Os jagunços se reforçaram com mais homens (semelhantes como os cangaceiros), produziram munições (pois possuíam material natural para produzir pólvora) e prepararam as suas precárias armas (produzindo bacamartes boca de sino e outras). Na verdade, os conselhistas estavam utilizando armas e munições que foram arrebanhadas das expedições anteriores. Sendo que os preparativos descritos deviam acontecer antes de todas as expedições.

Na sua obra, chamou Canudos de *Tróia de Taipa*. Considerou que a posição geográfica de Canudos, entre Serras postas como muralhas, tornava o acesso muito difícil. O narrador nunca admitiu que a escolha da localização geográfica de Canudos era parte de uma prévia estratégia de defesa dos conselhistas. Como também foi

estratégica a disposição dos casebres, formando uma trama, que demonstrou ser possuidor de um caráter estratégico de defesa, como foi descrita pela própria narrativa do autor.

Descreveu a maneira pela qual os jagunços haviam se preparado para recepcionar os expedicionários, que eram diversos tipos de tocaias. Esconderijos de atiradores em meio à vegetação baixa e no alto das árvores. Trincheiras escavadas e fortificações de pedra como bloqueios nos acessos ao arraial, principalmente a partir do Morro da Favela. Percebemos que os conselhistas, sabedores do contingente que enfrentariam pelos seus informantes, reforçaram-se e traçaram os seus planos de defesa, seguindo os modelos que, até aquele momento, obtivera êxito.

Os comandantes deveriam ser conhecedores da estratégia rebelde, de promover emboscadas utilizando localizações estratégicas, através dos relatos das expedições anteriores. Por isso, considerou “erro de ofício” o comando não considerar as adaptações dos sertanejos e estudar o seu oponente como deveria, preparando-se para não se deixar surpreender por suas artimanhas. Ainda mais, deveriam copiar as suas adaptações, como a sua *armadura de couro*, como forma de equilibrar as pelepas.

Entendemos que a estratégia do exército republicano considerava que a sua superioridade numérica era o suficiente para debelar os revoltosos. Pela cultura militar republicana, um exército existia somente sob a ordem e a disciplina, seguindo um modelo tradicional europeu, que necessariamente deveria ser suficiente para derrotar o inimigo. Os comandantes possuíam conhecimento sobre a forma de luta dos inimigos, entretanto esta *estratégia de guerrilha* era considerada como menor e inferior, porque eram usadas por índios e negros.

A obra foi escrita quatro anos após o final do conflito, com conhecimento dos fatos e sabendo do resultado, por isso as críticas do narrador a atuação do exército no conflito não alteravam a realidade da vitória republicana.

A Quarta Expedição

A derrota humilhante da *Terceira Expedição* constrangeu o exército e as lideranças militares, que foram questionados pela ala civilista, pois a República era ultrajada pelos restauradores monarquistas, sendo o exército jazia impotente. Especula-

se, pela imprensa, que os conselhistas teriam ajuda de restauradores do deposto império ou externos, que seriam portugueses e até outras potências estrangeiras não republicanas. Tudo isto era uma forma de justificar e minimizar a derrota do exército republicano.

O *Projeto Republicano* sentiu-se colocado em xeque pelos restauradores, e se reinventa discursando pela união dos republicanos em uma guerra contra um inimigo unívoco. União para salvar a República e vingar a afronta à pátria.

Euclides considerou que a luta empreendida pela *Quarta Expedição* deveria ser dividida em *duas fases* distintas. Na *primeira fase* foram repetidos todos os erros das anteriores, por isso podemos considerar que os sertanejos utilizaram também as mesmas estratégias e obtiveram os mesmos resultados. A *segunda fase* ocorreu uma compreensão da campanha que conduziu os expedicionários até uma vitória.

A *Quarta Expedição* tem realmente a dimensão de uma Guerra, seja pelo volume de homens e armas acionados, seja pelo alto comando militar incumbido da missão. O *Marechal Carlos Machado Bittencourt*, Ministro do Exército, convidou o comandante do segundo distrito militar *General Arthur Oscar de Andrade Guimarães* para liderar a expedição e iniciou o deslocamento de tropas para a Capital da Bahia. De Salvador seguiram de trem para a vila de *Queimadas* e desta, marchando seguiram para a *base de operações* no arraial chamado de *Monte Santo*.

Em 5 de abril de 1897, pela sua ordem do dia, o Gal. Arthur Oscar organizou a expedição da seguinte forma: Vinte (20) Batalhões foram divididos em Seis (6) Brigadas, sendo que a 1ª, 2ª e 3ª Brigadas formavam a *Primeira Coluna* sob as ordens do *General João da Silva Barbosa*, as outras Brigadas formavam a *Segunda Coluna* sob as ordens do *General Cláudio do Amaral Salvaget*. A primeira coluna partiria de Monte Santo para Canudos, sendo que a segunda viria de Aracaju (CE) até a cidade de Jeremoabo (BA), para se reunir à primeira em Canudos. Unidas convergiriam sobre o inimigo em batalha.

Para o autor este planejamento do Gen. Arthur Oscar não foi realizado de forma diferente das expedições anteriores, apenas era maior o contingente que se bateria contra os sertanejos, estimado em até 5.000 soldados. A diferença era a divisão em duas colunas, mas somente de comando, por que agiriam juntas. Criticou o plano, pois considerou que não se partiu de uma séria crítica da condução das expedições anteriores. Um bom planejamento serviria sanar as falhas e atingir plena eficiência.

Os Batalhões que chegaram à base de operações, de Monte Santo, tinham toda a sorte de problemas; possuíam equipamento em más condições, não eram completos ou necessitavam de instrução e de adestramento. Grande parte da tropa da segunda coluna vinha do Sul do país, isto demandou tempo para organizar os batalhões e para se movimentarem com destino ao Nordeste. O Mal. Bittencourt trabalhava em função de estabelecer um fornecimento de víveres e armamento para as tropas, que considerava ainda deficiente. Custou mais de dois meses este processo de reunir esta grande tropa e resolver os seus problemas. O corpo de engenharia, com muitas dificuldades, estabeleceu a comunicação, via telégrafo, da base de operações com Salvador.

A oficialidade da *primeira coluna* estava ansiosa para entrar em ação e destruir o inimigo, antecipando as glórias, eram de uma *elite militar* veterana da *Guerra do Paraguai*. Preocupavam-se com a chegada da segunda coluna e com a possibilidade destes entrarem em ação antes deles; tomando e auferindo a *glória do combate* que almejavam. Por isso, mesmo sem as condições ideais, pressionavam o *Comandante Chefe* pela partida para o campo de batalha. O autor considerou que esta demora nos preparativos somente propiciou tempo para os sertanejos se prepararem para a batalha. Por certo, havia informantes conselhistas que os mantinham informados, desde a sua chegada dos preparativos, até da data de partida da tropa e o seu contingente.

A *Primeira Coluna* partiu para Canudos em 19/6/1897 seguindo estudo prévio realizado pela engenharia. Conforme previsto, o caminho necessitava de obras da engenharia para permitir a passagem dos canhões, por isso a artilharia avançava com dificuldades. O autor principia a tecer elogios ao *Ten. Cel. Siqueira de Menezes*, comandante do corpo da engenharia, que arriscando a sua vida, entrando em tiroteio com os jagunços, havia feito minuciosa investigação da região para proceder à escolha do melhor caminho. A sua escolha foi acatada pelo Comandante Geral, pois evitaria as localidades favoráveis à emboscadas e permitia a passagem dos canhões. Principalmente do maior deles, o Withworth 32, que pesava 1.700 Kg e era puxado por pareias de bois. Euclides da Cunha considerava este equipamento como um desnecessário “trambolho” (o.c.,p.271), que atrasava o avanço rápido da tropa e atuava como um “espatalho de aço” (o.c.,p.272) intimidador dos sertanejos.

A primeira coluna contornou os contrafortes do *Morro de Aracati* e seguiu pelo *Caminho de Juetê*. A tropa apresentava um avanço livre, apenas refreado pelo deslocamento lento dos canhões. Fato que reforçou a confiança do Comandante Geral no seu planejamento. Os Conselhistas não promoveram batalha até a tropa entrar na

região de *Angico*, nesta foi emboscada por um grupo rebelde chefiado pelo cabeçilha *Pajeú*, que após breve confronto, se retirou. Após atravessar o Rio Rosário, a expedição foi alvo de um ataque mais renhido dos conselhistas, que fugiram pela *Estrada do Rosário*. Este era o caminho seguia para o Morro da Favela e o Comandante decidiu seguir por este, encaçando os jagunços. Considerou o autor que o cabeçilha tinha a intenção de servir como um guia para levar a quarta expedição para a mesma localização que *Moreira César* havia sido derrotado. A mesma estratégia conselhistas se delineava, mas novamente pela arrogância e soberba do comando da *Quarta*, se repetiam os mesmos erros da *Terceira*, pois subestimavam os oponentes e ignoravam as intenções e astúcias do inimigo.

A *Segunda Coluna* Salvaget chegou a Aracaju (SE) e com rapidez desceu para a cidade de *Jeremoabo*. Em 16/6/1897 partiram desta, com 2.350 homens, para encontrar a *Primeira Coluna*. No dia 25 chegaram às proximidades de Canudos, na Região chamada de *Serra do Cocorobó*, ao adentrarem na fumaça da serra foram emboscados pelos conselhistas, da mesma maneira que se sucedeu com a *Segunda Expedição* (de Febrônio). Os conselhistas chefiados pelo cabeçilha Pedrão tiravam vantagem do espaço geográfico e utilizavam de localizações estratégicas privilegiadas (altaneiras, fortificadas e de difícil acesso) para alvejar com facilidade aos soldados. Para tanto, empregavam dois grupos de guerrilheiros. Grupos de atiradores fixos de pontos estratégicos e diversos grupos de atiradores móveis, que se movimentavam e alternavam nos ataques.

Entre aqueles expedicionários havia muitos veteranos da Guerra Farroupilha, por isso seguia na dianteira da tropa um grupo de reconhecimento composto de lanceiros, em razão disso, quando atacados não foram totalmente tomados pela surpresa. Os lanceiros avançaram com suas montarias sobre as posições inimigas, enquanto abaixo os oficiais organizaram as réplicas, mas sem grande efeito. O confronto se intensificou, causando 178 baixas (27 mortos), até que os sertanejos efetivaram uma fuga. Fato que arrancou uma comemoração da tropa expedicionária, enquanto reforçavam as posições conquistadas. Na verdade, os conselhistas usavam de um *reco estratégico*, isto para recompor os combatentes dos grupos para efetivar um novo ataque, pois desejavam atrair a tropa invasora para novo ponto de emboscada, o entroncamento de *Macambira*, onde se concentrava o grosso da tropa conselhistas.

A oficialidade deliberou naquela noite com o Gal. Salvaget. Consideraram que aquele entroncamento adiante no caminho possibilitava uma nova emboscada, devido a

exposição da tropa. O Gal. Savaget determinou que os dois primeiros batalhões seguissem de baioneta calada, preparados para uma carga rápida, sendo precedidos pelos lanceiros.

Na manhã seguinte, os soldados partiram na direção do entroncamento e ao iniciarem a lenta entrada da tropa receberam um forte tiroteio dos sertanejos, a partir de posições estratégicas. Como haviam previsto, a tropa já estava preparada para o revide e o Gal. Salvaget enviou os lanceiros pelos dois flancos, seguidos dos batalhões em baionetas, enquanto o restante da tropa replicava ao ataque. Este avanço inesperado sobre as suas posições forçou uma retirada conselhistas. A Coluna Salvaget agiu como um martelo destruindo a estratégia inimiga e abrindo caminho até Canudos.

O comando da Segunda Coluna não era conhecedor da luta sertaneja ou habituado à sua estratégia, sendo que o autor os considerou mais astutos no entendimento estratégico e aptos para adaptações que os seus anteriores. Contudo, este segundo combate provocou o ferimento no seu comandante e mais 148 baixas com 40 mortos. Ainda sem chegar ao seu destino final, esta segunda coluna apresentou um total de 326 baixas, com 67 mortos.

Os conselhistas conheciam bem o proceder militar expedicionário, que avançava em bloco para realizar uma carga aproveitando a sua vantagem de maioria numérica. No entanto, os conselhistas empregavam a astúcia e a observação para estrategicamente debelar esta vantagem numérica invasora.

Precisamos entender que os conselhistas primavam pelas mínimas baixas. Os grupos de atiradores fixos sempre atiravam de localizações escolhidas estrategicamente, altaneiras e protegidas, que poderiam ser rapidamente abandonadas para evitar um confronto direto com os invasores. Outros diversos grupos guerrilheiros se movimentavam e se revezavam nos ataques ao bloco invasor, por isso ocorriam por todos os lados e em momentos diferentes. Atacavam e fugiam, para se ocultar na vegetação e entre as pedras, enquanto acontecia uma repressão aquele ataque, ocorria um novo ataque em outro ponto do bloco, causando distúrbio na burocrática ordem expedicionária. As réplicas eram compostas por tiros no vazio e quando partiam em repressão no sentido dos tiros, não logravam êxito em localizá-los. Isto porque os expedicionários não conseguiam perseguir os sertanejos, porque estes usavam a sua *armadura de couro* que facilitava a sua fuga. Esta sua roupagem evitava que se machucassem com pedras e a vegetação, sendo que a sua cor confundia-se com o meio poento.

No dia 27/6 os tiroteios foram crescentes na *Serra do Rosário*, na medida em que a *Primeira* se aproximavam de Canudos. A Coluna Barbosa chegou até o *Alto do Morro da Favela* combatendo um cerrado tiroteio de resistência. Avistando o arraial, principiaram uma descida da Favela na direção de Canudos, mas foram surpreendidos por um robusto ataque conselhistas, como não tinham visto igual. Na verdade, haviam caído em uma cilada preparada pelos Conselhistas, pois posicionados de forma estratégica, dentro de trincheiras e de cima de árvores, empreenderam uma resistência bloqueando os invasores, que retornaram para o topo do morro Favela buscando abrigo. A artilharia se reuniu ao restante da tropa pela retaguarda, sob a pressão de tiroteios dos sertanejos.

Qualquer sinal de avanço era imediatamente e fortemente repellido pelos atiradores conselhistas. Munidos com equipamento superior (conseguidos das expedições anteriores) elegiam os oficiais, identificados pelas divisas nos galantes uniformes azuis, como alvos preferenciais. Este primeiro combate ocasionou setenta e cinco (75) baixas, sendo que metade deste número era composto por oficiais.

Decidiram estabelecer um acampamento no alto do morro, sendo que ainda neste ponto os expedicionários precisavam manter muito cuidado, para não serem alvejados pelos tiros vindos do arraial. Todo o movimento era perigoso, inclusive para o hospital de campanha, estabelecido no lado contrário e baixo ao front. A tropa republicana estava imobilizada, pois os jagunços impediam o avanço da tropa de suas posições ocultas e privilegiadas. O Gal. Arthur Oscar enviou um mensageiro solicitando o pronto socorro da segunda coluna.

A *Segunda Coluna* chegou à tarde de 27/6 para se reunir a *Primeira*, que permanecia estacionada no morro da Favela. Houve uma reunião dos comandantes para organizar a invasão para a manhã do dia seguinte. Determinaram que fosse um ataque compacto, organizaram o assalto para ser realizado pelas quatro primeiras brigadas, sendo amparadas pelas outras duas.

Na alvorada da manhã seguinte (28/6), iniciaram o assalto investindo com três batalhões na direção da cidade. Em silêncio, atingiram os limites da mesma. De repente iniciou-se um tiroteio que, para surpresa dos soldados, deflagrou um ataque conselhistas maior e mais forte, que colhia quase todo o flanco direito do bloco invasor e partia de posições altaneiras e fortificadas, determinou altas baixas. Tumultuou e desintegrou a ordem dos batalhões no assalto, porque parte dos primeiros batalhões procurava abrigo,

efetivando uma resistência, sendo que outra parte volvia para a retaguarda. Nesta manobra se chocavam com outros batalhões, que iniciavam o seu avanço. A oficialidade bravamente intercedia pela sustentação do assalto, por isso uma parte dos combatentes conseguiu atingir os primeiros casebres da cidadela.

Os conselhistas novamente surpreenderam a tropa expedicionária, restando o assalto. A disposição dos casebres apresentava o formato de uma trama, que estrategicamente agia como uma barreira ao invasor. Protegidos pelos casebres, os rebeldes abriam fogo diretamente sobre os soldados. Quando estes invadiam um casebre, eram recebidos por tiros pelos seus ocupantes, senão a luta passava a ser no corpo a corpo pelo facão. Ocorria uma reconquista sertaneja, pois um casebre conquistado pelos invasores era cercado pelos conselhistas externos, que disparavam nos inimigos quando saíam ou ainda dentro deles.

Os poucos casebres conquistados pelos expedicionários começaram a ser incendiados para impedir a sua reconquista. A fumaça formava uma nuvem que impedia a visão da ação pelo comando, complicando um diagnóstico sobre o desenrolar da batalha, por isso a artilharia tinha que se calar. Todavia, para os sertanejos, aquela fumaça indicava o local para onde deveriam se deslocar para a luta.

Neste ponto, a batalha se assemelha com aquela travada com a expedição Moreira César, com os rebeldes barrando todo o avanço das tropas expedicionárias nos casebres. Durante toda aquela tarde, não se alterou a situação da linha de luta, apenas os soldados não mais incendiavam os casebres conquistados. Os batalhões expedicionários reforçaram a sua posição e permaneciam imobilizados nas suas precárias conquistas, em contrapartida, os conselhistas seguiam bloqueando o avanço inimigo de dentro das moradas e resistindo ao assalto.

Com o cair da noite, diminuíram os combates, que foram se escasseando durante a madrugada. Dormindo ao lado do inimigo, manteve-se parte da tropa em vigilância dentro dos casebres conquistados e o grosso dos batalhões retornou ao acampamento. O Comandante Geral contabilizou 524 baixas naquela primeira tentativa frustrada de assalto à cidade de Belo Monte.

Ao amanhecer de 29/6, se deu falta dos cargueiros, pois as munições eram insuficientes para a primeira coluna, que também se ressentia de uma semana de ração reduzida na sua marcha até Canudos. A segunda coluna distribuiu as suas reservas que garantiu o sustento por mais três dias. Todavia, ainda não sabiam os expedicionários, que apenas chegaria uma parte dos cargueiros, pois os conselhistas haviam atacado e

tomado os cargueiros. Com isso se municiaram com até 450.000 cartuchos, que prolongariam a sua resistência desarmando os invasores. Também se serviram dos víveres e destruíram tudo que restou. Os caminhos estavam vigiados e dominados pelos conselhistas, que sabiam, pelos informantes, quando partiam os cargueiros a serem interceptados.

Considerou o autor como óbvio prover os cargueiros de uma reforçada escolta, sendo que tamanha falha, lançou toda a expedição ao infortúnio. Contou que chegaram até o acampamento metade dos cargueiros, mas provavelmente não eram aqueles de gêneros alimentícios, conforme veremos mais adiante. Este será um duro golpe sentido pelo grande exército estacionado, restrito nas munições e com uma crescente fome.

Neste dia 29/6, se ouviu o roncar dos canhões sobre o arraial sertanejo, inclusive a primeira vez do grande Withworth 32, principiando um grande tumulto e causando estragos. Logo os sertanejos perceberam que as trajetórias dos tiros passavam sobre ponto central do povoado, a *Praça das Igrejas*, e atingiam apenas uma parte fixa ao fundo da cidade. Isolaram este ponto atingido e tornaram-se as cargas nulas de resultados. A artilharia expedicionária procedeu a diversas manobras para aprimorar os ajustes, mas sem melhoria nos resultados. Era “uma salva impotente à coragem dos matutos (o.c., p.307)”.

Novamente, na *Hora da Ave Maria*, bateu o sino da Igreja Velha e os conselhistas se reuniram para a sua reza diária, entoam os seus hinos de agradecimento pelos triunfos e pela providência divina. Regularmente no princípio da noite, às dezoito horas, o sino da Igreja tocava e dava-se início as rezas. Este fato impressionava aos soldados, como ocorrido com a *Terceira*, que imaginavam os sertanejos possuidores de recursos fantásticos e sobrenaturais. Seria a divina providência ou alguma proteção mágica pela benção, ou encantamentos de bruxaria, mas sempre provocados por algo sobrenatural. Este era o caso da chamada *Lenda da bala explosiva jagunça*, isto porque as balas dos sertanejos explodiam ao atingir os soldados. Como não compreendiam a existência de uma explicação física para aquele acontecimento, consideravam decorrente de um expediente sobrenatural dos jagunços. Sendo que, empregá-los contra desprotegidos, demonstrava como os inimigos eram impiedosos e selvagens.

Novos ajustes foram realizados nos canhões no dia 30/6 e se efetivou um novo *canhoneio* (como o autor nomeia o ataque ou bombardeio com tiros de canhões), mas sem nenhum resultado efetivo. Os oficiais deliberaram com o comandante geral propondo uma nova investida sobre o arraial, contudo este considerou que deveriam

aguardar a chegada de novos cargueiros, para alimentar e municiar os soldados. O Gal. Arthur Oscar enviou para encontrar o restante do comboio um batalhão, que retornou sem nada encontrar. Percebeu-se a gravidade da situação, não haveria comida suficiente para a tropa de 6.000 homens, como também não haveria munição suficiente para um novo assalto.

No dia 01/07 ocorreu um inusitado ataque jagunço, que foi repellido pelos expedicionários. Um pequeno grupo com 11 homens (do tipo guerrilheiro), liderado por Joaquim Macambira (filho do cabeçilha Manoel Macambira) invadiu o acampamento com intenção de destruir a “matadeira” (assim os sertanejos nomearam o canhão Withworth 32). Esgueirando-se pelo acampamento chegaram até o canhão e desferiram nele diversos golpes, sendo que o som metálico despertou a atenção da guarda. Entraram em luta, com tiros e no corpo a corpo, porém os soldados em numero muito superior abafaram o ataque. Morreram quase todos os conselhistas do ataque, sem atingir o seu objetivo, somente um conseguiu fugir. Os soldados consideraram espantoso aquele arroubo impetuoso de desmedida coragem. Este fato mereceu a admiração de todos e provocou o respeito aos jagunços, a partir de então, os soldados principiaram a considerar a valentia dos oponentes. Esta história seria contada pelos soldados para comprovar a combatividade e coragem dos seus antagonistas.

A iniciativa dos combates permanecia sempre por parte dos conselhistas. De forma inflexível aconteciam, a qualquer hora do dia e da noite, atingindo a artilharia, um dos flancos ou qualquer outro ponto do assédio. De súbito irrompia e também cessava, sendo que, de minuto em minuto, caía uma bala de algum lugar que podia fazer uma vítima, como se “houvesse um compromisso bárbaro de ser algoz de um exército” (o.c., p.312).

No dia 2/7 havia apenas farinha e sal para os doentes. Os soldados que se ressentiam da escassez de alimento, desde a sua partida de Monte Santo, estavam descobertos. O *Comandante em Chefe* enviou vários emissários para Monte Santo, explicando a situação e solicitando urgência nas providências, todavia sem resposta. Naquele momento acontecia um enorme revés, pois toda a tropa empreenderia uma batalha pela sobrevivência contra outro inimigo, a fome.

Famintos, os soldados vasculharam as imediações em busca de comida, encontraram poucas roças que minguaram rapidamente. O Quinto Batalhão de Polícia da Bahia, chamado pelo autor de “*Batalhão Jagunço*”, começou a realizar caçadas pela caatinga, pois eram conhecedores daquela região. Foram auxiliados pelos outros

batalhões do norte e nordeste, que também se aventuraram pela região em busca de caprinos, assim como os lanceiros gaúchos, que encontraram algumas cabeças de gado.

Muitos se batiam sem nada encontrar, ou pior encontravam o cabreiro inimigo que empregava algumas reses amarradas como chamariz para atrair soldados para emboscadas. “E a caça caçava o caçador.” (o.c., p.309).

Os soldados jagunços ensinaram aos soldados a apelar para a flora para matar a fome, eram umbus, ouricuris, palmas e mandacarus, sendo que alguns morreram ingerindo mandioca brava. Algumas plantas também forneciam água, que começou a rarear, isto porque, ao se aproximarem do rio para aliviar a sede e o calor, eram abatidos por tiros jagunços. Finalmente, os batalhões foram organizados para efetivar estas buscas, evitando emboscadas e ampliando as possibilidades de êxito. No entanto, tudo que conseguiam, apenas funcionava como paliativo ao mal que acometia a grande tropa.

A moral da tropa estava em baixa, com os soldados estavam famintos, fracos, cansados e sem esperanças. Tudo isto se refletia na disciplina, que se tornara frouxa. Praças não mantinham a vigilância em seus postos e não acatavam prontamente as ordens dos oficiais. Alguns retiravam os seus uniformes e desertavam, partindo pelas estradas, encobertos pela escuridão da noite, “preferindo o tiro de misericórdia do jagunço àquela agonia lenta.” (o.c., p.316).

O Comandante Geral, quando inquirido pelos comandantes das colunas a respeito de novas ordens, ordenava que mantivessem a mesma posição. Imobilizou-se naquela posição, que descrevia como um cerco parcial ao arraial. Somente a artilharia ainda disparava diariamente sobre o arraial, pois não era possível atacar com soldados desnutridos e mal municiados, como também não se podia recuar e correr o risco de ser surpreendido pelos conselhistas. Na verdade, conforme descreve o narrador, haviam caído em uma grande emboscada sertaneja, onde os sitiados atacavam os sitiadores.

Era muito penosa aquela imobilização para a tropa, contudo o Gal. Arthur Oscar pretendia aguardar pela chegada dos novos comboios para investir contra o inimigo. A oficialidade estava dividida entre aqueles solidários ao comandante, por desejavam assaltar o arraial, e outros que consideravam desistir da campanha. Consideravam que, a perdurar a situação, ficariam expostos a um assalto dos jagunços sobre soldados famintos e fracos. Esta seria a ação que uma tropa regular efetivaria, aproveitando da fraqueza do inimigo avançaria para fulminá-lo em uma carga compacta.

No dia 7 de julho, cessou-se a alimentação para os feridos, que passaram a esmolar a ajuda dos companheiros. Portanto, naquele momento, a derrota já se afigurava como inevitável.

Os Conselhistas observavam ao definharem os invasores, que haviam provocado, considerando que a única saída para a grande tropa inimiga seria proceder a uma retirada. Por certo, não desfecharam um grande ataque porque não possuíam guerreiros suficientes para tanto. Neste ponto, era o tamanho do exército invasor que inviabilizava um movimento de ataque conselhistas, não podiam atacar sem desguarnecer as suas próprias posições de defesa.

Em 11/7/1897 chegaram até o acampamento três soldados, acompanhados de um vaqueiro, procurando o Comandante Geral. Eram portadores de um ofício que solicitava proteção para um grande comboio, que havia partido de Monte Santo. O General Arthur Oscar enviou um batalhão ao encontro do comboio, que reforçado na sua segurança, logrou atingir as tropas expedicionárias no dia 13. A chegada dos cargueiros até o front foi amplamente comemorada e deu um novo ânimo aos combatentes. Reforçaram a defesa do caminho para resistir aos ataques jagunços e se estabeleceu uma precária linha de fornecimento.

O Mal. Bittencourt se mantinha concentrando seus esforços na empreitada para estabelecer uma linha regular de transporte para fornecimento de munição e alimentação para a tropa da *Quarta*. Os cargueiros eram mal aparelhados e a disponibilidade de insumos era insuficiente, além do perigo constante de assaltos pelos conselhistas.

O *Alto Comando da Tropa* se reuniu com urgência traçando um novo plano de assalto ao arraial. Deliberou-se por um ataque compacto dos batalhões que avançaria a dois quilômetros para a direita do Favela, atravessaria o rio Vaza-Barris a leste da cidadela e arremeteria em linha reta até a Praça da Igrejas. Porque “Era preciso levar às recuadas os bandidos tontos e, de uma só vez, de pancada, socá-lo dentro da cova de Canudos, a coice de armas.”(o.c.,p.320). Todos antecipavam as glórias do triunfo e consideravam auspiciosa a chegada das comemorações da inspiradora *Revolução Francesa*, porém alfineta um comentário do autor dizendo que saíam da total inércia para uma delirante carga prussiana.

Teceu mais uma crítica, considerando que não se procedeu a um estudo sobre o teatro de guerra ou sobre os pontos de invasão, para que expusesse menos as tropas, apenas decidiram invadir pela localização de maior proximidade com o centro da cidadela. Não perceberam a necessidade que se apresentava ao observar o teatro: a

divisão da tropa em dois corpos combatentes. Uma coluna avançando pelo do caminho de Jeremoabo e outra, pelo lado dos contrafortes da Fazenda Velha, com a artilharia atuando no centro, certamente alcançaria o sucesso esperado por atuar em diversas frentes. Também, ao observamos o teatro da campanha, percebemos que podemos entender a ação dos atores sertanejos pela narrativa do autor. Os conselhistas não possuíam capacidade para atuar em duas frentes de combate, provavelmente conduziam todos os seus guerreiros para o ponto de invasão, assim buscando sustentar a sua repressão.

Os conselhistas reagiram às novidades de invasão com vigor, endurecendo os tiroteios, qualquer movimentação no acampamento era violentamente reprimida por tiroteio. Preparavam-se para o eminente novo assalto, posicionavam-se estrategicamente nas possíveis localizações de acesso.

A ordem do dia de 17/6 marcou o assalto para a alvorada do dia seguinte, sendo recebida com delírio pela tropa, com as fanfarras tocando até a noite. Os jagunços silenciaram naquele dia, por isso os invasores consideravam o tremor dos sertanejos diante das forças recompostas, isto aumentou a confiança da tropa e do seu comando no sucesso do assalto. Novamente a certeza do triunfo retornava à tropa.

Ainda escuro, mil e quinhentos homens, sob o comando do convalescente Gal. Salvaget, ficariam no Morro da Favela, guardando a posição, sendo que a artilharia secundaria o assalto com um canhoneio. Entrariam em ação 3.345 soldados divididos em 5 brigadas. Avançaria uma primeira coluna, sob o comando do Gal. Barbosa, primeiro a infantaria e depois a cavalaria, sendo seguidos por uma divisão da artilharia (com dois canhões Krupp 7^{1/2}). Fecharia uma segunda coluna à retaguarda, comandada pelo Comandante Geral. O *Ten. Cel. Siqueira de Menezes* comandando pequeno contingente deveria dominar o contraforte das ruínas da antiga sede da fazenda de Canudos (nomeada como “Fazenda Velha”).

Sob a impaciência da oficialidade, avançaram sem resistência e cruzaram o rio até as proximidades do arraial. Estavam a mil e quinhentos metros da Praça das Igrejas, quando começaram a receber uma fuzilaria que partia cerrada pelos dois flancos, iniciando-se a dois quilômetros do arraial. O acesso escolhido possuía um terreno de topologia difícil, com ladeiras e baixadas, que tornava penoso o avanço em combate e facilitava a proteção e a reação dos conselhistas. A topologia interferia no contato visual entre os militares e a réplica imobilizava os pelotões em posições temerárias.

Os dez primeiros pelotões se batiam pelo avanço, sendo fuzilados pelo inimigo invisível ao seu redor. As primeiras brigadas desintegravam a sua formação na batalha e as brigadas da retaguarda eram refreadas pela imobilidade das primeiras. Os expedicionários adiantados já apresentavam falta de munição, pois havia sido gastos os 150 cartuchos das patronas que levavam consigo. Imobilizados em suas proteções, necessitam aguardar chegada dos companheiros para repor as suas munições.

As baixas se avolumavam na primeira hora, quando chegou a segunda coluna. Os batalhões da primeira ainda se batiam pelo avanço, sendo duramente reprimidas pelos conselhistas. Os poucos avanços ocorriam pela exposição franca dos soldados associada à falha na réplica dos conselhistas. O espaço era conquistado somente a custo de baixas expedicionárias. Os sertanejos quando desalojados de suas ocultas trincheiras, recuavam até outras proteções e revigoravam as cargas contra os invasores, resistindo ao assalto. Alguns soldados atingiram os primeiros casebres, sendo reprimidos por tiros que partiam de dentro e por detrás dos mesmos. Francos atiradores protegiam o perímetro dos casebres e com certa pontaria derrubavam a quem se aproximasse, desta forma, poucos conseguiam inviabilizar o avanço de pelotões inteiros. Alguns pelotões perderam o rumo e derivaram para o norte e para o leste.

Por volta das dez horas da manhã, os soldados conseguiram se alojar nos primeiros casebres, conquistados a leste, no fundo da Igreja Velha. “Conquistaram um subúrbio diminuto da cidade bárbara e sentiam-se impotentes para ultimar a ação.” (o.c.,p.327). Detiveram-se exaustos para avaliar as baixas e socorrer os feridos. Ainda neste ponto, estabeleceram os dois canhões Krupps.

Conforme havíamos comentado anteriormente, sobre a expedição Moreira César, a disposição dos casebres era estratégica. Formava uma trama apertada com pequenos becos entre as moradas que atuavam como funil que impedia uma passagem em grande formação (com grande número de soldados), isto era favorável à realização de um bloqueio pelos seus ocupantes. Disparavam de surpresa contra os invasores e utilizavam as moradas como uma barricada, mantendo o tiroteio de uma posição defendida. Também se movimentavam fora destas moradas, disparando dos becos formados por elas ou reunindo-se nestes para se defender ou atacar os invasores, ainda podendo atacar o inimigo pela retaguarda. O avanço dos soldados ocorria em total desordem, sendo extremamente perigoso avançar para e entre os casebres.

Os conselhistas batalhavam pela reconquista dos casebres, atiravam e invadiam as moradias ocupadas pelo invasor, levando a luta até no corpo-a-corpo. Quando os

soldados invadiam algumas vivendas que pareciam desocupadas, procurando água e comida, eram surpreendidos por tiros que partiam de falsos mortos ou de um canto escuro ou ainda, por guerreiros empunhando facões. Invasores debilitados eram derrubados por *mulheres e velhas*, sendo que “algumas valiam homens” e “morriam no estrebuchar de feras”(o.c.,p.328). Isto deixa bem claro a participação das mulheres nas lutas, sendo mortas como qualquer combatente inimigo. Como também demonstra como todos dentro da comunidade necessitavam atuar na resistência.

Os combatentes se enrijeciam nas suas posições; os invasores se imobilizaram na defesa de suas conquistas e os conselhistas se concentraram em reprimir qualquer movimento de avanço dos soldados. Qualquer descuido era a certeza da morte. Era muito tensa e instável a situação no front, pois a dois passos estavam os combatentes dos dois lados, prontos para reagir a qualquer ação inimiga.

O Gal. Arthur Oscar avançou naquela tarde até o front e determinou que reforçassem a defesa nos casebres, objetivando manter as posições conquistadas. A situação era ameaçadora, dissipara-se uma esperança na vitória e a segurança da Favela.

Ao final do dia, o sino bateu a hora da Ave Maria, e ouviu-se o início das rezas que perdurariam até às dez horas da noite, com se “toda a agitação do dia fora como um incidente vulgar e esperado”(o.c.,p.330).

A noite se passou em relativa calma, com uma severa vigilância dos conselhistas sobre os invasores, contrariando as expectativas da oficialidade expedicionária, que temia por um fulminante ataque noturno para a retomada das posições. Tudo se resolveu pela inércia dos conselhistas.

No dia seguinte, um quinto do subúrbio leste do arraial foi demarcado com bandeiras vermelhas (feitas de cobertores) para servir como orientação para a artilharia.

O assalto provocou 947 baixas entre os expedicionários, com destaque para três comandantes de Brigadas, que foram colocados fora de condições de combate. Ocorreram mais mortes entre a baixa oficialidade, alferes e tenentes, era uma juventude militar incitada para um heroísmo romântico, que travestia a luta em uma cruzada. Expondo-se em demasia baqueavam dando vivas à república e saudando a memória do Mal. Floriano Peixoto “com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma abnegação fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro...” (o.c.,p.330). Correto seria afirmar que a tropa só havia atingido aquela conquista pelo arrojo desta oficialidade heroica, que

impulsionava o avanço desafiando a morte. A força fanática jagunça era combatida pela força fanática florianista.

Para o Gal. Arthur Oscar, a luta avançava na direção de um cerco dos revoltosos, contudo avaliou que não seria possível sem reforços. Por isso, oficialmente decretou o sítio ao arraial e solicitou ao *Estado Maior* uma força auxiliar de 5.000 homens. Euclides da Cunha considerou bem relativo este triunfo e sítio, pois os expedicionários não possuíam um real controle da situação. “Os vitoriosos cheios de sustos tocaiavam os vencidos...” (o.c.,p.333).

A batalha continuou diuturnamente (dia e noite), nos moldes que ocorriam no Morro da Favela. “Esses Assaltos subitâneos, intermeados de longas horas de repouso relativo, traduzem a inversão de papéis. Os assaltantes eram, por via de regra, os assaltados. O inimigo encantado é quem marcava o momento angustioso das refregas, e estas surgiam de chofre” (o.c.,p.333).

Nos dias de 19 a 23/08 seguiram com os conselhistas atacando as posições expedicionárias e causando baixas, mas em pequena quantidade. Ocorriam réplicas republicanas sem muito efeito e canhoneios estéreis. Pela manhã do dia 24, um grupo liderado por Pajeú procurou cortar a retaguarda para cair sobre o *Quartel General*, não obteve êxito e foi agilmente repellido. Retornou no principio da tarde, mas formam-se todos os batalhões para a defesa e investiram sobre o inimigo. Suprimiram o novo ataque e feriram mortalmente o seu cabeçilha chefe.

Os dias se passaram nesta mesma monótona rotina de combates, somente à noite era possível proceder à distribuição das parcas rações aos soldados, como também se podia deslocar até as cacimbas do Vaza-barris, para aliviar a sede e abastecer os cantis.

Estes acontecimentos chegavam confusos até as Capitais, na imprensa agitavam o espantinho da restauração. Inventavam triunfos e se cantava vitórias, que insuflavam esperança na opinião pública. A expectativa pela vitória cresceu, quando informados pelo telégrafo, sobre o assalto de 18/7/1897. Enquanto a expedição sangrava, a imprensa de Salvador, São Paulo e do Rio de Janeiro, noticiaram por dias seguidos uma eminente vitória. Não se confirma a vitória, sendo que a partir do dia 27/8, passaram a divulgar como trágicas as dificuldades na campanha.

Os feridos e doentes necessitavam de remoção. Para Monte Santo eram quinze (15) léguas e até cinco dias de viagem pela estrada poenta. Como um grande *grupo de*

retirantes seguiam soldados e oficiais, na sua maioria a pé, alguns montavam cansados cavalos ou seguiam em carroças apinhadas.

A marcha era possível somente pela início da manhã e no final da tarde, isto porque era época do estio e o calor do sol castigava por demais os expurgados. Castigados pelo ardente sol era também a vegetação, que secava junto com os rios. Contrapunham-se ao calor do dia as extremamente frias noites. Em suma, era um clima de deserto.

A rota era muito difícil pelo clima e ambiente ressecado, sendo agravado pela sua topografia, de subir e descer morros. Porém, pior era o medo de encontrar com os antagonistas. Soldados copiavam os hábitos sertanejos nos vestuários e seguiam junto de suas amantes sertanejas, assim completando uma ilusão de *famílias de retirantes*.

Aqueles que alcançavam Monte Santo encontravam um vilarejo desprovido de tudo. Havia um pequeno corpo militar e um velho casarão travestido de hospital militar, que nada podiam resolver. Era imperioso seguir para Queimadas e embarcar nos trens que rumavam para a Capital da Bahia, contudo eram mais dezesseis léguas e até oito dias de extenuante jornada. Neste trecho, os retirantes famintos principiaram pedidos coléricos aos tabaréus, por ajuda pela sobrevivência, depois descambaram a praticar assaltos, tomando alimentos e colocando em fuga os moradores. Por fim, eram as depredações, quando provocavam incêndios por pura diversão. Seguiam os “rudemente vitimados, brutalmente vitimando”(o.c.,p.344). Chegando até Queimadas, enchiam os trens da *E.F. Bahia a São Francisco*, descendo para a Capital.

Em Salvador eram recebidos com curiosidade e comoção. Organizaram-se enfermarias em diversos locais, para amparar a todos os feridos e enfermos. Os soldados eram respeitosamente admirados e os oficiais eram saudados pelo seu reestabelecimento. Esta comoção se estendia pela imprensa à Capital Republicana e para todo o país. Também publicavam outras matérias referentes ao conflito, como aquela que o *Senado Federal* apurava uma denúncia sobre o envio de armas de Buenos Aires para os “Conselheiristas”(o.c.,p.346). Ressaltamos que foi nesta passagem, a única vez que Euclides da Cunha se referiu em sua obra aos revoltados jagunços como sendo *partidários do Conselheiro* (próximo de *conselhistas*).

O Jornal *A Nación* de Buenos Aires noticiou em 30 de junho haver recebido duas missivas de um grupo de restauradores, que estabilizados nos E.U.A. apoiariam a rebelião com homens, armas e dinheiro. Acreditava-se na existência uma tropa de 3.000 fanáticos sertanejos, liderados por um padre, seguindo em apoio ao Conselheiro.

Ocorriam revoltas e ataques em outras localidades próximas de Canudos, por isso consideravam que a insurreição se alastrava. Necessitava de um controle urgente.

Segundo o autor, os depoimentos dos soldados feridos, tomados de fantasias e exageros, transmutavam os sertanejos em guerreiros imbatíveis e fantasmagóricos, como “caçadores de exércitos”(o.c.,p.348). Não podemos deixar de observar a maneira pela qual os soldados reconheciam a coragem, a astúcia e a perícia dos conselhistas durante os combates.

Era urgente ampliar a intervenção, por isso o governo federal atendendo ao Comandante Geral organizou o envio imediato de uma brigada, a *Girard*, assim denominada pelo nome de seu comandante, *General Miguel Maria Girard*.

A Brigada Girard partiu do Rio de Janeiro com 1042 praças e 68 oficiais, armado com 850.000 cartuchos de Mauser. Quando chegou a Salvador, começou um surto de doenças, e um coronel e alguns oficiais ficaram para trás. Chegou a Queimadas, em 31 de julho de 1897, e partiu para Monte Santo, em 3 de agosto, comandada por um Coronel, deixando doentes o *General Girard*, um tenente-coronel e mais alguns oficiais. Por fim, em 10 de agosto partiu da *Base de Operações* para Canudos, sendo comandada pelo Major Lídio Porto. Pelo caminho, os soldados eram acometidos de doenças, beribéri e varíola, na média de três por dia, retornando para Monte Santo. Para o narrador havia necessidade de exames psicológicos nestes militares, pois era o *medo* a verdadeira causa destas ausências, sendo que as doenças eram usadas como desculpas para encobrir vergonhosa *covardia*. No caminho para Monte Santo encontraram os feridos pela estrada, dividiram as poucas rações e as desventuras, e chegaram cansados e famintos a base. Reestabelecidos partiram para Canudos. Em Aracati, entregaram para guarnecerem um comboio de suprimentos, com equipamentos imprestáveis e animais velhos, também seguiam com mais de cem bois.

No dia 14/8, na região chamada de Baixas, se encontraram com o *15º Batalhão de Infantaria*, que vinha dar apoio. No dia seguinte, atravessando o Rancho do Vigário, foram surpreendidos por um violento ataque dos conselhistas. Os pelotões se misturaram replicando a esmo, alguns baquearam, mas orientados pelos veteranos, seguiram para fora da emboscada. Passaram pelas horrendas múmias em Pitombas e ao chegarem em Angico, foram novamente atacados. Empreenderam uma carga de baionetas para atingir o Alto da Favela, sendo recebidos com escárnio e ironia pelos veteranos.

Em Canudos, se guardava as posições sob os tiroteios diários dos conselhistas. Duas semanas de bombardeio ao arraial, já expusera todo o madeiramento da Igreja Velha. A Brigada Girard que chegou em 15/8 e o Batalhão Paulista em 23/8; apenas serviram para repor as baixas diárias, que aconteciam de forma frequente e ritmada. No dia 26/8 aconteceram cinco baixas, com quatro mortos. Dia 27 mais quatro baixas e nos dias 28 e 29, foram quatro soldados e um oficial. O oficial ferido era o Comandante da Primeira Coluna, *Gen. Barbosa*, que se feriu inspecionando o deslocamento das baterias de artilharia, inclusive reposicionando o Withworth 32.

Na manhã do dia seguinte, o trambolho disparou atingindo o telhado e a torre da Igreja velha, ocasionando a queda do seu sino de chamada em badaladas. Esta ação foi saudada com entusiasmo por toda a tropa, mas a réplica conselhistas foi cerrada e os tiroteios atravessaram a noite até o amanhecer. Feriram oito soldados, depois mais quatro, sendo que seis soldados do 26º aproveitaram o tumulto para dissertarem.

De 25 de junho até 10 de Agosto de 1897 ocorreram 2.049 baixas na expedição, foram 1.171 na primeira coluna (363 mortos) e 878 na segunda coluna (241 mortos), em um total de 624 mortos. O Comandante Geral ainda demandava mais reforços para empreender um cerco total sobre o arraial dos rebeldes.

As baixas abriram clarões entre as fileiras, sendo que a tropa necessitou de remanejamento pela perda de 2 brigadas (caiu de 7 para 5). O *Hospital de Sangue* não conseguia atender aos problemas dos feridos graves, por isso muitos vinham posteriormente a óbito. Os comboios ainda eram incertos e a tropa não era plenamente abastecida. Restava aguardar os novos reforços para as linhas e a regularidade dos comboios. No geral, toda a Expedição se enfraquecia a cada dia.

Segunda Fase da Quarta Expedição.

Os novos reforços constituídos eram duas brigadas, que possuía um total de 2.914 homens, com cerca de 300 oficiais. Gastou-se, para reuni-las e enviá-las para Monte Santo, todo o mês de Agosto. No princípio de Setembro, estacionaram na Base com conhecidos problemas. Vinham com contingentes desfalcados, com fardamento e espingardas velhas, outras estavam desprovidas de tudo necessário para a campanha. Era urgente fornecer os suprimentos para esta nova tropa que se reunia.

No princípio de agosto seguiu para Canudos, junto com o *Batalhão Paulista*, o próprio *Euclides da Cunha*, que se juntaria ao *Estado Maior* com Mal. Bittencourt no início de setembro em Queimadas. O batalhão Paulista seguiria para reforço da tropa em Canudos.

O narrador elogia a atitude do Marechal Bittencourt, que considera homem talhado para a sua função, pois sem arroubos estratégicos, considerou que o inimigo a ser batido era a fome e o deserto. Por isso, dedicou incansáveis esforços para desenvolver uma logística que atendesse a demanda de abastecimento do exército.

O *Alto Comando* das operações redobravam esforços para abastecerem a tropa de reforço e estabelecer uma linha regular de fornecimento com Canudos. No início de setembro, se atingiu uma efetiva linha regular de fornecimento, isto se demonstrará como imprescindível para mudar o rumo da guerra.

A *Nova Divisão* seria composta por trinta batalhões, mais os corpos de artilharia, cavalaria e de comboios. Devendo entrar em ação o mais rápido possível, porque o *Estado Maior* entendia que a luta não deveria se estender até novembro, época de chuvas, sob o risco de ver os antagonistas ganhar força.

Entendemos que os conselhistas estavam debilitados pelas lutas, como também pelas mudanças de rotina advindas desta. O período de estio atingia também aos sertanejos, pois não era possível se dedicar agricultura e as criações sofriam pela carência de água e pastagens, agravando as dificuldades para o trabalho no campo.

Euclides descreveu que os costumes, os hábitos e até a língua, com sua gíria regional, fornecia a sugestão que a luta se desenrolava em outro país. Chamou a isto de “ficção geográfica”, sentiam como se estivessem “fora da pátria”(o.c.,p.369). Pensamos que, apesar de não referir à dimensão da cultura, podemos entender que a *cultura sertaneja* era diferente da *cultura republicana* do sul. Como havia dito anteriormente, existiam outros traços culturais que eram diferentes do sul, como a sua religião mestiça e peculiar. Não se diferenciavam na ordem social e política, pois a classe dominante eram os grandes latifundiários, que mandavam na região do sertão, sendo aqueles que se elegiam e que votavam. Os sertanejos eram uma massa empobrecida e explorada, reforçada pelos negros libertos.

Em Canudos, os tiroteios seguiam com regularidade, mas as rezas se dissiparam após a queda do sino, sinalizando um desânimo nos rebeldes. As novas tropas imaginavam a extinção da revolta antes mesmo que pudesse entrar em ação, consideram

isto devido as condições dos primeiros prisioneiros, chegados de Canudos. Os prisioneiros eram muito fracos, magros e miseráveis, vestidos com trapos, foram apreciados como animais em uma feira.

O narrador relata que, durante a sua estada em Queimadas com o Estado Maior, chegou uma leva de prisioneiros. Era constituída por inválidos para a luta, em sua maioria mulheres horrendas e possuidoras de magreza miserável, vestidas em trajes sujos e rotos, que arrastavam crianças semelhantes. Estas crianças tinham entre seis e dez anos, muitas estavam feridas gravemente, como aquela que apresentava a ossada da face exposta por uma chaga.

Interrogaram as mulheres, mas sem obter nenhuma informação importante terminaram por desistir da manobra e passaram a questionar as crianças “buscando a sinceridade da ingenuidade infantil” (o.c.,p.370). Um garoto de uns nove anos, entre baforadas de fumo, mencionou que a sua arma preferida era a “manulixe”. Forneceram uma arma ao garoto, que a manuseou e desarticulou como se fosse seu brinquedo predileto. Quando perguntaram se havia atirado com ela, respondeu: “Por que não?” para o autor eram “Nove anos de vida em quais se adensavam três séculos de barbárie.” (o.c.,p.371). Consideramos que o número de combatentes sertanejos era reforçado por velhos, mulheres e crianças, porém o uso de crianças durante a luta não era restrito apenas aos sertanejos, também o exercito republicano usava o trabalho de crianças, como ordenanças e guardas.

Este grupo afigura-se como de *retirantes de Canudos*, que se perderam pelas estradas e foram encontradas pelos soldados. Eram mulheres que perderam seus homens na luta, sendo acompanhadas de suas crianças famintas e feridas, que foram conduzidas como troféu até o Marechal.

Podemos observar que acontecia uma evacuação de *Belo Monte*, que se não foi determinada pelo Conselheiro, este também não fez oposição. Parece óbvio que muitos homens combatentes deixaram Canudos com suas famílias (como os comerciantes Irmãos Vila Nova). Utilizavam os diversos acessos alternativos que não suportavam um avanço militar, ou não eram suficientemente vigiadas. Seria possível que a população de Canudos estava restrita aos combatentes fiéis que desejaram ficar na defesa de sua honra, de seu líder ou de sua utopia.

Para o narrador, o mês de Setembro começou auspicioso, no dia 4 abatera-se próximo às Igrejas um importante cabeçilha, determinou-se a importância devido a

enorme audiência sobre o cadáver. No dia 6, depois de seis dias de contínuo bombardeio, caíram às *torres da Igreja Nova*, ultimo reduto observatório e dos franco-atiradores, quando ocorreu uma grande vaia dos expedicionários na jagunçada. Esta façanha ocorreu devido a um fortuito engano. A artilharia recebeu muitas balas rasas, no lugar de granadas, por serem menos eficientes decidiram gastá-las disparando sobre o arraial. Surpreendentemente, uma mudança de trajetória lançou-as em um ponto ainda não atingido do arraial, a Igreja Nova, por isso cerraram os disparos até ver ruir o reduto sertanejo.

No dia *Sete de Setembro*, dia da pátria, *Coronel Olimpio da Silveira* efetivou no período da tarde um ataque surpresa sobre a trincheira conselhistas da *Fazenda Velha*. Esta era as ruínas da antiga sede da fazenda Canudos, onde havia morrido Moreira César, era um ponto que havia sido reforçado pelos conselhistas com a construção de uma trincheira, que impedia o avanço do inimigo. Desta feita, surpreenderam aos jagunços com a carga de trezentas baionetas, colocando os seus protetores sertanejos em fuga. Os soldados reforçaram as novas posições, trabalhando durante toda a noite, por isso recebeu o nome de “Trincheira Sete de Setembro”.

Esta conquista permitiu que a artilharia se posicionasse uma bateria de Krupps no alto do *Morro do Mário*, um ponto estratégico no lado oriental de Canudos (utilizado anteriormente pela artilharia da *Terceira*), sendo que a manobra propiciou bombardeio em novas posições do inimigo. Por isso, com a conquista de sete de setembro, efetivou-se grande parte do *cerco a Canudos*, restando apenas partes ao nordeste deste.

Os conselhistas receberam bombardeios também deste novo ponto e se reposicionaram dentro do arraial, buscando isolar o trecho atingido. Ocorria um enfraquecimento dos sertanejos na justa medida que os invasores obtinham o seu crescimento.

Conforme o narrador, o *Ten. Cel. Siqueira de Meneses* era possuidor de uma compreensão da campanha como poucos, sendo que a sua coragem no enfrentamento com os jagunços já o tornara conhecido entre eles. Para o Comandante Geral era “o olhar da expedição”(o.c.,p.273). De origem sertaneja era lapidado na cultura republicana e tornou-se um “jagunço alourado” (o.c., p.273) a serviço da expedição. Heroicamente efetivou uma conquista, de extrema importância para o desfecho da guerra. Retornou para Aracati para dominar a *Estrada do Calumbi*, que havia sido contornada pela Quarta, devido ao seu relevo cheio de acidentes e repleto de pontos de

tocaias. Comandando 500 soldados e agindo de surpresa, controlou a resistência guarnecendo o caminho, que encurtava em um dia o deslocamento para Canudos. Este seria o caminho de acesso dos novos reforços e para os suprimentos.

No dia 13/9 seguiu para Canudos a primeira Brigada pertencente à Divisão Auxiliar, era o *Corpo de Polícia do Norte*, sendo que o grosso da tropa seguiu alguns dias depois, sob o comando geral do Gal. Carlos Eugênio. Os novos expedicionários reforçariam a linha de luta, como também guarneceriam a linha regular de fornecimento para a tropa. As brigadas avançaram de forma vertiginosa, sem encontrar qualquer resistência, seguia junto com a Brigada do *Coronel Sotero Meneses*, o próprio *Euclides da Cunha*. “Avantajando-se no sertão os sôfregos lutadores (...) tinham entre as fileiras aguerridas irrefreáveis frêmitos de espanto. Fui testemunha de um deles.”(o.c.,p.383). Observamos que a partir deste ponto, o narrador se insere diretamente no acontecimento, devemos considerar que todas as suas descrições posteriores serão por via ocular. Isto porque as descrições anteriores foram realizadas a partir de sua coleta de documentos e de testemunhos.

Narrou um episódio acontecido no dia 15/9, quando a tropa acampou no sítio denominado de Caxamongó, nesta existia uma profunda cacimba que possuía água suficiente para saciar a sede dos novecentos e sessenta e oito (968) combatentes. Todo o restante do dia e princípio da noite se passou com tranquilidade, até às dez horas da noite, quando a sentinela acusou um tiro. Dispararam-se diversas ordens por toques de cornetas que desencadearam um grande tumulto, com formações imperfeitas, embaralhadas e confusas. Muitos se armaram com baionetas, tomados pelo espanto de um ataque um ataque jagunço noturno. Euclides testemunhou a confusão, lentidão e o comportamento vacilante diante do inimigo. Tudo sem nenhum propósito, pois fora um alarme falso.

Observamos que os soldados haviam ouvido diversos relatos sobre os ataques conselhistas, especialmente nas proximidades de Canudos, sendo que um ataque noturno de surpresa seria eficaz contra uma tropa que dependia de sua burocrática formatura para revidar, isto explicaria aquele temor dos expedicionários. No entanto, os ataques conselhistas não ocorriam mais, denunciando que o número de combatentes não era suficiente para sustentar a luta na cidadela e enviar patrulhas para atuar contra as tropas nas estradas, por isso também não assaltavam aos comboios. Os conselhistas se batiam pela defesa de *Belo Monte* de forma desesperadora.

Segundo o narrador, durante todo o dia e a noite, se ouviam ao longe o bombardeio sobre Canudos, “a cidadela de barro, havia três meses varrida pelos canhoneiros, rota pelos assaltos, devorada pelos incêndios e defendida por uma guarnição única.”(o.c.,p.382) No dia seguinte (16/9), o narrador chegou em Canudos com a Brigada do Cel. Sotero, realizando uma descrição da cidadela e do acampamento.

O acampamento não tinha mais uma aparência revolta pela luta, assemelhava-se a outro arraial nos arredores de Canudos. Do Alto da Favela seguindo até o Hospital de Sangue figurava-se como um povoado formado de pequenas casas, que ajustáveis ao meio, eram construídas com folhagens verdes dos juazeiros, que abrandavam o sol. Como um vilarejo suspeito, seus moradores eram homens descompostos em roupas de algodão, que usavam chapéu de couro e alpercatas, portando espingardas. Mulheres maltrapilhas estavam cozinhando ou cosendo na porta destas casas. Um incauto desconfiaria que estivesse em meio aos jagunços, até avistar a tenda do general, disse Euclides. Observamos como que os usos e costumes dos sertanejos estavam disseminados entre a soldadesca, mais ainda porque existiam *soldados sertanejos* plenamente participes de uma *cultura sertaneja*. Outro ponto a se considerar era a presença de mulheres no acampamento, certamente oriundas de Canudos, podendo ser antigas prisioneiras ou evadidas.

O ponto mais profundo dentro de Canudos era chamado de *linha negra*, marca do assalto de 18/6, estando a menos de duzentos metros da praça das igrejas. A sua esquerda estava o Q.G.s da primeira coluna, da segunda coluna e o Quartel Mestre General. Mais a frente estava o acampamento do batalhão paulista, postado a duzentos metros da fazenda velha e da trincheira sete de setembro. E “assombrava-os aquela Babilônia de casebres, avassalando colinas.” (o.c.,p.386)

“Canudos tinha naquela ocasião — foram uma a uma contadas depois — 5.200 vivendas; e como estas, cobertos de tetos de argila vermelha, mesmo nos pontos em que se erigiam isoladas, mal se destacavam, em relevo, no solo, acontecia que as vistas, acomodadas em princípio ao acervo de pardieiros compactos em torno da praça, se iludiam, avolumando-a desproporcionadamente. A perspectiva era empolgante. Agarrava-a o tom misterioso do lugar. Repugnava admitir-se que houvesse ali embaixo tantas vidas. A observação mais afincada, quando transitório armístico a permitia, não lograva distinguir um vulto único, a sombra fugitiva de um homem; e não se ouvia o rumor mais fugaz. Lembrava uma necrópole antiga ou então, confundidos todos aqueles

tetos e paredes no mesmo esboroamento — uma cata enterroada e enorme, roída de erosões, abrindo-se em voçorocas e pregueando-se em algares.

Que o observador, porém, não avultasse demais sobre o parapeito: as balas ressaltando a súbitas, de baixo, revelavam-lhe, de pronto, a população entocada. Bastava que um disparo qualquer, a qualquer hora, atroasse o alto do morro para que dali refluísse, inevitável, o revide imediato. Porque os jagunços, se não tinham mais a iniciativa dos ataques, replicavam com o vigor antigo. Exauriam-se sem perder o aprumo, timbrando no disfarçar quaisquer sintomas de enfraquecimento. Compreendia-se, no entanto, que este era completo. Objetivavam-no os próprios escombros em que se entaliscavam, ocultos. Além disso, lá não estava apenas uma guarnição de valentes incorrigíveis. Havia mulheres e crianças sobre que rolavam durante três meses massas de ferros e de chamas, e elas punham muitas vezes no fragor das refregas a nota comovedora do pranto.

Dias antes um schrapnel arrojado da Favela, e que passara beirando as cimalhas da igreja nova, arrebentara dentro do casario anexo à latada das orações. E dali ascendera imediatamente uma réplica cruel perturbando os artilheiros do coronel Olímpio: um longo e indefinível choro; assonância dolorosíssima de clamores angustiosos, fazendo que o canhoneio cessasse à voz austera e comovida daquele comandante. . .

Assim, duplamente bloqueados, entre milhares de soldados e milhares de mulheres — entre lamentações e bramidos, entre lágrimas e balas — os rebeldes se renderiam de um momento para outro. Era fatal.” (o.c.,p.386)

Os conselhistas não possuíam mais a iniciativa do combate, mas replicavam energicamente a qualquer disparo dos invasores. Estes “ julgavam inútil despender mais vidas para que se apressasse a rendição inevitável. Quedavam numa mornidão irritante.” (o.c.,p.387)

Os disparos sertanejos não causavam medo aos soldados, que se habituaram a evitar um combate enérgico com o inimigo. Até na linha negra, durante a madrugada, os soldados chegavam a trocar prosa com os conselhistas, versando sobre todos os assuntos e descambando para tiradas jocosas. Nas divergências de opiniões, encerravam a conversa com um tiro disparado por um dos lados.

O batalhão jagunço (5º de Polícia da Bahia) praticavam o folguedo da cantoria, mesmo sob combate seguiam e baqueavam “ao toar langoroso das tiranas, aos

"rasgados" nos machetes, como se fosse aquilo uma rancharia grande de tropeiros felizes, sesteando." (o.c.,p.388)

Calejados pela luta, todos se adaptavam com aquela vida, se normalizando naquela situação. Não se dava mais atenção aos três ou quatro feridos diários e ria-se dos assustados inexperientes novatos, que se movimentavam rastejando de cócoras. Praticavam uma coragem charlatã, esnobemente se expondo a dois quilômetros do arraial, aos tiros ineficientes do inimigo.

Os veteranos rememoravam os pormenores das lutas, da sombria recepção na favela, a fome e as caçadas, a violência e morte nos assaltos, concluindo que restava pouco a fazer. Com o inimigo agonizando "aquilo era um passatempo ruidoso, nada mais." (o.c.,p.389). Contudo, para os soldados recém-chegados, não convinha desempenhar este papel secundário, pois almejavam a glória da batalha e os louros da vitória.

O bloqueio não estava realmente completo, estava aberto no nordeste pela *Estrada de Uauá e a Várzea da Ema*, por estes pontos poderiam entrar reforços aos jagunços, como também serviriam como um derradeiro corredor para uma fuga. Considerou o narrador que pequenos grupos passariam despercebidos em uma fuga, mas não o quiseram, preferiram ficar junto aos que os defendiam, mesmo com a crescente falta de água e alimentos. Percebia-se um grande numero de mulheres, crianças, velhos, aleijados e enfermos em desequilíbrio ao número restrito de combatentes jagunços.

Enfrentavam estas mazelas por uma falsa esperança, insuflada pelos cabeçilhas, pelo retorno do Conselheiro do Céu para promover um *Dia de Juízo*, quando libertaria os conselhistas da angústia e puniria aos invasores. Este fato seria relatado pelo prisioneiro *Antonio Beatinho* em 2/10, como também o falecimento de *Antonio Conselheiro*, ocorrido em 22 de agosto de 1897.

Os principais cabecilhas haviam sucumbido. "Pajeú, nos últimos combates de julho; o sinistro João Abade, em agosto; o ardiloso Macambira, recentemente; José Venâncio e outros. Restavam como figuras principais Pedrão, terrível defensor de Cocorobó, e Joaquim Norberto, guindado ao comando pela carência de outros melhores." (o.c.,p.390). Os *irmãos Vila Nova*, principais comerciantes de Canudos, tiveram a sorte de fugir de Canudos (ou foram alertados) no dia 22/9, isto porque a situação do cerco seria alterada a partir do dia 24.

No dia 23/9 o Tenente-coronel Siqueira de Meneses comandou um assalto, que pegou os inimigos de surpresa, ao subúrbio do setor norte que era chamado de *Casas Vermelhas*, que estava posicionado no extremo contrário a fazenda velha. Simultaneamente a este ataque, ocorria um canhoneio a partir da Favela. A batalha era acompanhada no acampamento pelo visual e por binóculos, formando uma plateia para o drama que se desenrolava no teatro de guerra. Naquele palco encenavam uma luta, que era acompanhada pelo seu futuro descritor.

As casas tomadas pelos expedicionários eram incendiadas para evitar que servissem de abrigo aos inimigos e para abrir espaço ao avanço da tropa. A fumaça dos incêndios encobria a tela, causando clamores contrariados dos expectadores. Quando lufadas de vento abriam clarões na fumaça, vislumbrou-se o andar da peleja e podiam ver um tumulto no arraial, com pessoas correndo em busca de um abrigo ao sul.

Os conselhistas efetivavam uma resistência, encobrendo a fuga, de chorosas mulheres e crianças, das casas. Recuavam dos incêndios, mas não fugiam, resistindo à tomada de cada palmo de chão. A ação se prolongava e se fantasiava uma reação dos sertanejos, por isso preparavam-se os corpos de reserva para entrar em ação.

De repente, ouviram-se brados de vivas dos soldados combatentes, causados pelo recuo dos jagunços, saldados com aplausos e aclamações dos espectadores do acampamento. Guarneceram as posições conquistadas, tendo o inimigo a poucos metros a vigiar seus movimentos, e estenderam uma linha de bandeiras vermelhas até o Caminho do Cambaio, concretizando todo o cerco. A insurreição estava sufocada. A novidade seguiu como um raio para Monte Santo para se espalhar pelo país.

Impiedoso Genocídio da Quarta Expedição

Completo o cerco restava apenas aguardar para que a fome e sede debelassem a insurreição, era óbvio que os jagunços não poderiam resistir por muito tempo ao sítio. O propósito do *Comandante Chefe* era aguardar uma rendição causada pelo enfraquecimento diário dos rebeldes, para evitar o dispêndio de vidas.

Para espanto de todos, os inimigos se revigoraram e partiram para o ataque em todos os pontos do assédio. Guerrilheiros em grupos móveis atacavam pontos diferentes simultaneamente e em horários diferentes, como um ciclone. A morbidez

cessou, sendo necessário desprender muito cuidado para não ser alvejado. As comunicações foram afetadas, porque os sertanejos alvejavam aos mensageiros, como também os comboios eram alvejados. Os conselhistas não poupavam munição, usavam projetis de todos os tipos, Comblain, Mauser e Mannlicher, atingiam todas as áreas do assédio febrilmente. Paradoxalmente, eram os vencedores que se escondiam.

Em 24/9 chegaram novos prisioneiros ao acampamento, eram até seiscentas mulheres, mas entre estas existiam alguns homens gravemente feridos. Procedeu-se o habitual interrogatório que revelou, primeiramente que o Conselheiro não era visto há muito tempo e depois, que os Irmãos Vila Nova haviam deixado Canudos, antes do cerco. A fome e a sede eram enormes, sendo que a pouca alimentação era preservada para os combatentes. A água estava cada vez mais restrita, porque as fontes eram controladas pelos expedicionários. Ao final, observamos que também este grupo se afigura como retirantes ou evadidos de Canudos, como comentamos anteriormente.

Os invasores apertavam o cerco nos dias 24 e 25/9, provendo constantes incêndios nos casebres. O avanço para dentro da região sitiada era extremamente difícil, pois os conselhistas se batiam somente a faca e no corpo a corpo. Estancou-se novamente o assédio, os invasores consideraram novamente como uma questão de dias para obter-se a rendição de Canudos. Uma enorme trincheira foi escavada pelos conselhistas junto da Igreja Nova, como que escavando o seu túmulo.

Os soldados recém-chegados, sequiosos de glórias, sob o comando do Cel. Sotero de Meneses e Firmino Rego, desfecharam um assalto ao arraial, para surpresa do comando geral. Decantaram os invasores que a sua ação havia causado enormes perdas ao inimigo, mas este fato não pôde ser constatado. A reação dos conselhistas havia causado oitenta (80) baixas nos expedicionários, inclusive do Cel. Sotero. Conseguiu-se de concreto uma restrição na área ocupada pelos rebeldes, para menos de um terço do arraial, era o entorno da Praça das Igrejas e a orla setentrional. A partir de 26/9 eram menos de quinhentos casebres, circundados por cinco mil soldados, desprendendo uma resistência ferrenha e incompreensível, delongando o inevitável desfecho.

Capturado um jagunço ferido por uma bala na órbita esquerda, foi amarrado com uma corda pelas mãos e com outra pelo pescoço, que os soldados utilizavam para arrastar o preso. Não respondeu aos interrogatórios e o oficial sinalizou para que fosse retirado para fora do acampamento. Levado para um canto do acampamento foi incitado a dar *Vivas à República*, mas não atendeu. Por isso, teve a sua cabeça puxada para trás

por seus cabelos e com uma faca se abriu a sua garganta, de um lado a outro horizontalmente. Depois deixaram o infeliz estrebuchando até a morte, sendo ali mesmo abandonado para ser ressequido pelo sol. Este procedimento de execução sumária era chamado de *degola* pelos expedicionários. Outra forma variante de execução era um *destripamento rápido*, que se consistia em um golpe no ventre que abria e expunha as vísceras do inimigo.

Os soldados sabiam que os jagunços acreditavam que, se morressem pelo fogo da bala, teriam a sua alma salva, por isso “exploravam esta superstição ingênua. Prometiam-lhes não raro a esmola de um tiro, à custa de revelações”(o.c.,p.403). Sabemos que a maioria morria sem nada revelar e saudando o *Bom Jesus*, durante a degola com o ferro frio.

Os expedicionários “Fizeram uma concessão ao gênero humano: não se trucidavam mulheres e crianças.”(o.c.,p.403). Havia algumas exceções, como no caso de uma mulher degolada por seu falatório ofensivo, que consumiu a paciência dos soldados. As mulheres sertanejas eram consideradas como trambolhos incômodos, que esmolavam comida pelo acampamento, assim despertando um apiedamento em muitos, mas também um remorso, por isso a degola era considerada mais prática. Considerou o narrador que piedosamente se eliminava os que sofriam e se aplacava o remorso removendo os trambolhos das vistas.

Estas barbaridades, cometidas pelos expedicionários, eram justificadas por um sentimento de *vingança*, por conta das mortes provocadas pelos jagunços. Sendo que este procedimento vulgar se tornou rotineiro. Preso um jagunço considerado válido, considerando pela sua capacidade de sustentar uma arma, não se fazia mais consultas aos oficiais em busca de uma permissão, apenas degolava-se. Os representantes da civilização agiam de forma mais selvagem que os bárbaros que combatiam. Considerou o narrador que caberia ao comando reprimir a selvageria dos soldados, pois muitos não estavam em um grau evolutivo diferente dos seus antagonistas. Também considerou que o procedimento de degola enrijeceu os jagunços, que preferiam uma morte à bala no combate ao se tornarem prisioneiros.

Os conselhistas eram conhecedores deste ritual de degola como destino dos lutadores aprisionados, com também das artimanhas dos invasores para obter informações. Por isso, para os conselhistas não havia outra saída que não fosse lutar até a morte, não se entregariam pelo medo da degola. Por isso, perdeu-se a chance de obter

uma rendição dos conselhistas, assim evitando mais custos e uma matança desnecessária.

Sem cacimbas, era enorme sede dentro do arraial, por isso se fez necessário empreender uma luta pela água. Alguns corajosos se lançavam na busca de água no rio Vaza Barris; durante a noite se arrastavam sem armas até a beirada do rio, abasteciam seus bogós e retornavam para uma posição segura, enquanto isso, outro grupo promovia um tiroteio para distrair os soldados. Descoberto o engenho, se aumentou a repressão com grupos de soldados vigiando o leito do rio e disparando em qualquer sombra, com isso causando a morte daqueles que ousavam se arrastar até a beirada. Então, os conselhistas formaram grupos, que desafiando a morte, corriam até o rio, enquanto serviam de alvo para os expedicionários, sendo que muitas vezes somente um conseguia retornar com o precioso líquido. Este era de gosto ruim, salobro e contaminado por detritos oriundos de cadáveres insepultos da orla. Os expedicionários se espantavam com a extrema coragem dos jagunços, alguns até se apiedavam de suas necessidades, no entanto era imposta aos sertanejos uma verdadeira chacina diária.

Não ocorrera ataque ou réplica no dia 28/9, se pressentia a exaustão do inimigo. No acampamento se iniciavam os preparativos para o retorno, despreocupadamente ao som das fanfarras e retretas dos corpos. O Gal. Arthur Oscar inspecionou a área sitiada considerando que no diminuto espaço haveria, talvez, quatrocentos combatentes, por isso valia a pena tentar um último assalto ao arraial. Parece-nos que foi a impaciência da oficialidade, pelas glórias e pela vingança, determinou este ataque final com seis mil soldados contra Canudos.

No dia 30 se organizou o assalto que traçou como objetivo a tomada da Igreja Nova. Os batalhões convergiram de três pontos sobre ela. Preliminarmente aconteceria um bombardeio com todos os canhões, pelo espaço de uma hora, na estreita área sitiada. Encerrado o canhoneiro, seria iniciado o assalto por duas brigadas, uma veterana de três meses e outra recém-vinda (com combatentes ansiosos em medir-se com o inimigo) entrando com baionetas caladas pelo flanco esquerdo das Igrejas. Seguiriam outros batalhões pela esquerda e direita, empurrando os jagunços para as baionetas. Deixariam os outros corpos para secundar o ataque, quase que assistindo a peleja. Era um enérgico arrocho final que pretendiam efetivar.

Ao amanhecer de 1º de outubro começou o canhoneio, que foi esmagador, destruindo os casebres e as igrejas, que se tornaram ruínas. Não se ouviu nenhum grito

ou choro, era como se o arraial estivesse deserto e sua população houvesse fugido. Principiou-se o assalto ao emudecer dos canhões, de forma inédita, os soldados chegavam por correta atitude militar e adentravam no arraial.

Os conselhistas surgiram atirando de surpresa e estancando o avanço dos expedicionários, que perderam a direção do ataque. As brigadas sumiram pelas vielas do casario. Os invasores eram fulminados dos casebres ou cosidos à faca no corpo a corpo. Os conselhistas não cessavam o ataque aos soldados, que não esperando tamanha resistência, principiaram a defensiva franca. A investida dos sertanejos, segundo o narrador, era como um bote de uma serpente, pois assim fluidamente se espalhavam os guerreiros, sem a ordem rígida dos soldados.

Atingiram e conquistaram a Igreja Nova, no entanto o objetivo não era alcançado. porque não conseguiam eliminar os opositores e a luta seguia ferrenha. Consumiram-se os dois batalhões, demandando mais soldados para o combate, seguiram mais quatro batalhões de infantaria para o front. Após três horas de combate, que haviam empregado dois mil homens e causando alto índice de baixas, ainda não haviam obtido sucesso. Reforçando as posições, cessaram o assalto de todas as linhas.

Decidiu-se usar um recurso bárbaro, lançar bombas de dinamite sobre o reduto jagunço. Estas bombas destruíram os casebres causando incêndios e criando um grande tumulto, se ouviu imprecações e choros, com mulheres fugindo correndo e arrastando crianças.

Os conselhistas investiram contra as posições inimigas, fuzilando sem piedade aos soldados. Estes buscavam abrigo nas vivendas mais afastadas, para fugir da artilharia que derrubava quem não estivesse protegido. Os antagonistas haviam avivado os incêndios com querosene e lançado noventa bombas de dinamite sobre os sertanejos, sem obter resultado positivo, pois o combate seguia totalmente franco e cruel. A réplica conselhistas se tornava mais enérgica e desesperada a cada ataque expedicionário.

Até uma hora da tarde haviam chegado ao hospital, carregados nas padiolas, trezentos feridos. Lançados no terreno ao lado, jaziam os mortos, muitos eram oficiais. Totalizaram em quinhentas, sessenta e sete baixas expedicionárias. Os tiroteios atenuaram no período da final da tarde, quase que cessando na entrada da noite, mas tropa combalida ficou a espreita de um novo encontro.

Por volta de meio do outro dia alteou-se uma bandeira branca de trégua, que afigurava-se uma rendição. Se aproximaram alguns homens, entre estes, um auxiliar direto do Conselheiro chamado de *Antonio Beatinho*, que pediu para conversar com o

Gal. Arthur Oscar. Por volta de uma hora da tarde, relatou ao general que vinham para se render, pois não aguentavam mais o sofrimento, a fome e a falta de água. Perguntado pelo seu líder, relatou que o Conselheiro havia morrido de disenteria em 22 de agosto. Prontamente recebeu a promessa do Comandante que, todos que se rendessem incondicionalmente, seriam entregues à bondade do governo republicano.

Antonio Beatinho retornou ao reduto e passado uma hora retornou. Vinha encabeçando um grande grupo de sertanejos com até trezentas pessoas, entre velhos, mulheres e crianças, também seguiam alguns feridos graves, inclusive crianças. Os soldados se comoveram com remorso pela surpresa da existência de tantas vidas inocentes no arraial. Os prisioneiros eram dignos de pena, magérrimos, esfarrapados, sujos, ostentando as marcas das provações e as feridas dos ataques covardes.

O narrador considerou este caso como a efetivação de um stratagema jagunço, pois retirando os imprestáveis de Canudos, permitiria delongarem a sua resistência. Consideramos que a atitude podia possuir a serventia sugerida, porém saíram do sítio os mais frágeis. Tornaram-se prisioneiros almejando uma maneira de salvar a sua vida, talvez acreditando na concessão expedicionária de não se trucidar mulheres e crianças. Podemos suspeitar que os sertanejos pressentissem que não poderiam resistir, por muito tempo, a desproporcional força militar, sendo que o combate se prolongaria até a morte do último homem.

A noite do dia dois se iniciou com tiroteios vivos, que foram reprimidos pelos expedicionários. Os sertanejos estavam muito fracos e em número reduzido. Nos dois dias seguintes restaram apenas vinte estropiados guerreiros suicidas em uma trincheira quadrada, com um metro de profundidade, ao lado da Igreja Nova. Em meio a muitos cadáveres, era como se lutassem de seu próprio túmulo. Ainda resistiam com certa vantagem contra o aproximar do inimigo.

“Pelos menos fizeram parar os adversários. Destes os que mais se aproximaram lá ficaram, aumentando a trincheira sinistra de corpos esmigalhados e sangrentos. Viam-se, salpintando o acervo de cadáveres andrajosos dos jagunços, listras vermelhas de fardas e entre elas as divisas do sargento-ajudante do 39.º, que lá entrara, baqueando logo. Outros tiveram igual destino. Tinham a ilusão do último recontro feliz e fácil: romperam pelos últimos casebres envolventes, caindo de chofre sobre os titãs combalidos, fulminando-os, esmagando-os...

Mas eram terríveis lances, obscuros para todo o sempre. Raro tornavam os que os faziam. Aprumavam-se sobre o fosso e sopeava-lhes o arrojo o horror de um quadro

onde a realidade tangível de uma trincheira de mortos, argamassada de sangue e esvurmendo pus, vencia todos os exageros da idealização mais ousada. E salteava-os a atonia do assombro...(…)

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados.”(o.c.,p.433).

O arraial caiu no dia 5/10/1897, sendo que no dia seguinte foram cuidadosamente contadas e destruídas 5.200 casas. Também foi exumado o corpo do Conselheiro; confirmaram a sua identidade e o fotografaram, depois decidiram retirar a sua cabeça para levar para a Capital. Funesta prova entregue para Dr. Nina Rodrigues.

Euclides da Cunha ao fechar do livro desincumbe-se da árdua tarefa de narrar os últimos pormenores da morte dos guerreiros conselhistas. Ainda comenta o suspeito desaparecimento dos trezentos prisioneiros, desde o dia que se entregaram. Por fim questiona: “e a quem devemos preciosos esclarecimentos sobre esta fase obscura da nossa História?” (o.c.,p.433). A quantidade de homens e armas empregadas para destruir Canudos possui a proporção de um enorme genocídio endógeno, sendo que o próprio autor a considera como uma mancha a nossa história.

A *Insurreição Conselhistas* foi heroica e estoica, apesar de obter relativo sucesso em delongar a sua resistência, estava fadada a um sufocamento, que foi concretizado com injustificado massacre. Após o cerco completo de Canudos, ocorreu uma desnecessária chacina por motivos fúteis, glórias e vingança, que não poupou nem aos frágeis inocentes prisioneiro civis (mulheres, crianças e velhos).

Capítulo IV – Considerações Finais

Consideramos que a obra literária “Os Sertões” necessita ser entendida e respeitada dentro do contexto histórico de sua época, sendo que seu autor, Euclides da Cunha, foi um intelectual orgânico republicano e produto do meio e da época que viveu.

A obra foi elaborada com maestria pelo autor para o convencimento dos leitores de sua verdade maquiavélica, onde os fins justificam os meios.

Pretendemos recomendar que a sua narrativa fosse empreendida empregando as modernas concepções históricas e as pesquisas históricas atualizadas, para isso oferecemos este trabalho como um auxílio neste objetivo.

Consideramos, conforme apresentado, que a concepção do novo Projeto Republicano transmutou a monarquia em um entrave para que o Brasil alcançasse o progresso e a modernidade. Este projeto republicano foi engendrado por uma intelectualidade e difundido por uma propaganda republicana. Defendia a existência de um potencial brasileiro para a modernidade, contido pelo atraso do antigo regime. Retirar os entraves era necessário para atingir uma merecida áurea de potência mundial.

As promessas do *novo Projeto da República* conseguiram vingar no convencimento das elites dominantes, para que concedessem na sua adoção, também alcançou um consentimento pela opinião pública, que não se opôs. A proclamação foi realizada por engajados a este novo projeto republicano, pertencentes a uma elite política republicana, que apoiada pela tradicional elite agrária, se tornou condutora da nação. Na sua implantação, foi necessária a invenção de um estado republicano e a criação de uma identidade republicana, que não transcorreu sem conflitos diversos, na verdade, esta república não era consenso, estava repleta de embates e conflitos diversos.

Estas antigas promessas republicanas de progresso e modernidade permaneceram vivas no nosso ideário político, e se renovam até os nossos dias.

Neste contexto histórico, a humilhação promovida por Canudos constituiu um entrave político para o governo da República, como uma chaga aberta na sua construção. Posteriormente se transformará em inimigo do Estado, um bode expiatório, que precisou ser violentamente destruído para se constituir como um exemplo.

(A questão relevante de Canudos)

Considero esta *Revolta Conselhistas* como uma das principais revoltas populares do Século XIX, isto em decorrência de possuir sentido ideológico, político, econômico e social cultural. Outras revoltas não apresentam um arcabouço tão bem fundamentado no popular, isto porque partiam de lideranças elitizadas. No caso canudense, a sua liderança havia declarado votos pela pobreza e não pretendia auferir nenhuma vantagem pessoal em se opor ao poder instituído.

A revolta tinha uma vertente de demanda social, junto do Conselheiro estavam trabalhadores rurais miseráveis e explorados, índios expropriados e negros libertos lançados à marginalização. Apesar de existirem párocos simpáticos ao místico, observamos que a alta cúpula da Igreja era amplamente contrária a ele. Políticos descontentes com a república, como também republicanos interessados em manter as ações sociais promovidas pelo carismático promoveram uma defesa dos Conselhistas.

Belo Monte reivindicava atenção social do Estado, presente somente pela excessiva cobrança de impostos. Não foi escutado, foi reprimido, no entanto mobilizou enorme resistência militar e impôs vergonhosas derrotas aos agentes repressores.

Esta resistência descomunal transformou aquele arraial obscuro de *Belo Monte/Canudos* em um entrave da construção republicana de nação (simbólica e ideologicamente). Tornou-se uma real ameaça de fragmentação política como opositor ideológico ao Projeto Republicano, seu simbolismo ameaçava à formação da identidade, da unidade e da submissão política. Transformado em ataque à soberania do Estado Republicano e ameaça de fragmentação territorial do Brasil, necessitou uma reação militar para sua eliminação.

Esta simbologia de Canudos de oposição ao projeto republicano determinou sua erradicação, mas com intuito de empregá-la de forma exemplar e intimidadora, tornou-se uma guerra civil, que terminou em massacre. Canudos serviu como um bode expiatório para o governo da república construir um inimigo da pátria. A unificação das forças defensoras desta nação republicana foi útil, naquele momento, na forja de uma identidade republicana. O momento também refletiu a necessidade de firmar um norte para o futuro, especialmente pelas elites, que foram contaminadas pelo vírus do desenvolvimentismo industrial capitalista.

A atual República compactua com a antiga representação, nunca admitiu o excesso que cometeu, preferindo ocultar o massacre endógeno e a revolta popular, tratando o episódio como uma missão de contenção de fanáticos religiosos, que promoveram um ataque à soberania do Estado.

(A questão dos sujeitos vencidos)

Pretendemos realizar a leitura da obra de Euclides da Cunha pela perspectiva contrapelo Benjaminiana e privilegiando os sujeitos vencidos. Buscamos traçar os antecedentes das demandas sociais sertanejas que desencadearam um conflito repressor. Apresentar a descomunal reação empreendida, que surpreendeu todo o país, mas pela

visão sertaneja dos vencidos. A valorização da simbologia de uma *força sertaneja*, que ressalta a combatividade, a coragem e a resistência mortal a esmagadora repressão, isto com intuito de defender os oprimidos das injustiças e pelas reivindicações sociais.

Observamos diversos aspectos culturais de ambos os lados. A cultura da elite dominante da República se impondo à cultura sertaneja e popular, sendo o choque militar apresenta um amplo reflexo de um choque cultural.

(A Questão racial)

Conforme observamos, a questão racial também era central naquela sociedade, pois os republicanos se opõem ao sistema escravista por vislumbrar o futuro do capitalismo industrial. Pregando a necessidade da libertação da sociedade da servidão ao imperador, denotava uma batalha pela extinção da escravidão, mas que não alterava a inferioridade dos negros e mestiços. Este preconceito atuava como uma forma de controle ideológico, sendo que este preconceito de raça se transmutará, no novo sistema capitalista, em um preconceito de classe.

Podemos também conceber pela vertente cultural e vislumbrar a questão de raça como uma metáfora para a questão cultural. A Cultura republicana que se considera superior entrando em choque com a cultura inferior dos conselhistas.

(A questão do preconceito na atualidade)

Sem a sua devida explicação e contextualização, a narrativa de Euclides da Cunha pode reforçar e fomentar preconceitos na atualidade. O preconceito racial que existente na sociedade deriva diretamente da permanência, no senso comum desta, de uma pretensa superioridade racial branca, sendo uma inferioridade continua sendo atribuída à grande massa empobrecida, que é predominantemente mulata e negra. Por isso, a sociedade denota pelo preconceito de cor, também um preconceito de classe social. A classe social superiora se apropria da antiga tese racial para resignificar em um preconceito pela classe subalterna e proletária.

A representação preconceituosa contra os baianos de Canudos também pode servir para estimular um preconceito regional. Por motivos diversos, os nordestinos se espalharam por todo o Brasil, sendo a região Sudeste do país aquela que recebeu mais emigrantes nordestinos. Em sua grande maioria, sem preparo profissional eram utilizados como mão de obra barata. A exploração desta mão de obra apresentou uma justificação que obedece a mesma desqualificação, empregadas para as sub-raças, tornando-os cidadãos de segunda classe. Surge a questão de um preconceito regional,

que é desferido contra esta população nordestina, que é acusada de intromissão nesta terra sulista. São acusados de possuírem moralidade duvidosa, de serem afeitos à ociosidade e ao vício, que desbanca na criminalidade. Também são culpados pelo desemprego e baixos salários, tirando as colocações dos naturais da terra. As representações xenofóbicas, conforme preconizadas pelo fascismo, reaparecem internamente como justificativa para esta modalidade de preconceito.

O preconceito racial, da forma tratada por Euclides da Cunha, pode ser reforçado pela sua apropriação e ampliado por sua resignificação, assim fomentando preconceitos pela dimensão da classe social e situação de emigrado. Porém, seu texto também pode ser apropriado para decantar valorização destes nordestinos como *fortes*, especialmente nos regiões sertanejas do norte e nordeste; que simbolicamente resignificados são utilizadas por diversos grupos sociais que lutam por reivindicações diversas. A figura simbólica de *Antônio Conselheiro* é marcadamente utilizada como referência para esta *força*, que representa a coragem, a combatividade e a resistência do povo sertanejo.

Ensejamos que nossa análise tenha alcançado nosso principal objetivo proposto, que foi tratar com as representações das duas fontes elencadas para o estudo, assim fornecendo mais uma explicação sobre o tema histórico denominado de *Guerra de Canudos*, portanto ampliando o saber constituído sobre o tema por uma construção com relevância acadêmica.

Objetivamos essencialmente a ampliação do conhecimento sobre o tema. Convictos que nosso trabalho demonstrou que mais elementos podem e devem ser acrescentados para que possamos vislumbrar o processo contemplando outras facetas do mesmo. A inclusão destes novos elementos, dentro da atual perspectiva historiográfica cultural, permitiu que nossa análise fizesse uma releitura de documentos canônicos através da perspectiva cultural, mas sem ausentar do clivo crítico. As nossas explicações também foram fundamentadas nas atuais pesquisas e correntes históricas, assim permitindo que fossem partícipes de uma reflexão acadêmica.

Ansiamos que nossa análise possa ser benéfica para uma aplicação orientadora para o presente, contribuindo para a formação de uma consciência histórica, como também fomentar esta nova didática da história.

Dentro destas perspectivas, através das análises empreendidas pelas fontes, pleiteamos explicar, em nosso trabalho, as possíveis relações inseridas no processo que permitam vislumbrar e denotar a história como a ação dos homens no tempo. Calçadas

em nossas explicações, que valorizam aspectos culturais das representações de mundo e das experiências e as práticas dos sujeitos históricos, almejamos o desenvolvimento da construção de conhecimento e do entendimento históricos. Propiciando o despertar da consciência e de um senso crítico, mas que também possuía um sentido orientador para a vida prática presente e para nossa disciplina.

Bibliografia:

Fontes Literárias:

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 443 p.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões : Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, 416 p.

SILVA, José Calasans Brandão da. *Cartografia de Canudos*. Salvador: EGBA, 1997, 147 p.

Referências Bibliográficas:

BARROS, José D'Assunção. *A escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo*. IN: Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.1 – Jan/Jun 2010 – p. 75-102
Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

BARROS, José D'Assunção. *A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier*. IN: Diálogos, UEM, v. 9. nº1, 2005, 1313 p.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia – A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002, 277 p.

CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. pp. 09-91 e 157-223.

RÜSEN, Jörn. *DIDÁTICA DA HISTÓRIA: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. IN: Revista Praxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p.07 – 16, jul.-dez. 2006.

SVECENKO, Nicolau. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 3 – República: da Belle Epoque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 216-278.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. pp. 44-68 e 121-161.

Fonte de Sites:

www.abl.com.br acessado em 10/10/2015.

www.euclidesdacunha.org.br acessado em 10/10/2015.